

Maria Antónia Santos (PSD): ... encontrar as soluções mais adequadas para alguns dos problemas, não tendo conseguido encontrar para muitos, mas temos esperança de que lá chegaremos. Tentámos também contactar as várias entidades envolvidas, nomeadamente a DGEstE e a Câmara Municipal de Lisboa.

Agora, vamos falar, cada um de nós, das várias situações que encontrou nas várias escolas da freguesia. Vai começar o Pedro a falar dos vários problemas que encontrámos na Escola Secundária do Restelo.

Pedro Rodrigues (PS): Boa noite a todos. Começo também por cumprimentar o público, cumprimentar a Mesa, o Executivo e os meus colegas de Bancada.

Efetivamente, esta comissão tinha como objetivo fazer um conjunto de visitas que permitisse o levantamento das necessidades por escola, onde foram contactadas – como foi aqui dito – as Direções das Escolas, as Associações de Pais. E com isto, em termos daquilo que nós, nomeadamente na Escola Secundária do Restelo, tivemos perceção, tivemos duas reuniões agendadas, em que estiveram presentes as Associações de Pais e a Direção da Escola, e uma terceira e última reunião, em que fomos convidados para estar presentes também nessa mesma reunião, como convidados, em que esteve também no Agrupamento um representante da DGEstE.

No fundo, nessas reuniões foi-nos dado conhecimento de problemas que vão desde a componente pedagógica à componente física das instalações. Sentimos que além desta componente física, no caso bastante evidente, problemas físicos bastante evidentes na Escola Secundária do Restelo, como ainda, na altura das primeiras reuniões, a necessidade de substituição de alguns tetos de amianto nos pavilhões, intervenções ao nível das caixilharias, intervenções ao nível dos equipamentos, a falta de equipamentos desportivos, um conjunto relativamente alargado que nos foi transmitido, além de algumas questões associadas também, nomeadamente, à componente desportiva, da utilização da piscina e da articulação que teria que existir conjuntamente entre a Direção da Escola Secundária do Restelo e a própria Junta de Freguesia.

Nestas várias reuniões, o nosso papel foi tentar desbloquear alguns – enfim, não diria impasses, mas algumas dificuldades de comunicação que existiam, nomeadamente com a própria Junta de Freguesia – o que foi feito, nomeadamente na questão da alocação de duas pistas na piscina para os alunos da Escola Secundária do Restelo – e de alguma forma o nosso papel foi tentar compreender os problemas que esta escola tem, embora parte dos membros desta Assembleia também sejam pais de alguns alunos que estão na Escola Secundária do Restelo, não é uma coisa que seja novidade, nomeadamente alguma dificuldade de ligação entre a Direção – do Presidente da Direção, nomeadamente – com o próprio Executivo da Junta de Freguesia e com a própria Associação de Pais. Sentimos que havia essa dificuldade, embora haja canais de comunicação que não estão otimizados, e era uma das questões que nós sentimos.

Em face disso, fizemos um ponto da situação ??? no final da terceira reunião algumas questões ainda com alguma preocupação por parte das Associações de

Pais, e de alguma forma também com a DGEstE, na relação que é, penso eu, substantiva da componente desportiva do pavilhão que está pensado, mas não está ainda sequer em projeto.

Isto foi um pouco aquilo que nós, de alguma forma, sobre a Escola Secundária do Restelo conseguimos ler, decifrar, muitas vezes nas reuniões, e até nos tempos de espera entre reuniões, falando com os pais, falando com a própria DGEstE, e portanto, achamos que é possível fazer melhor, e é possível também esses mesmos canais estarem ainda mais diretos, e com capacidade de resposta mais rápida. Isto relativamente à Escola do Restelo.

Penso que a Escola de Caselas e dos Moinhos, será a minha colega da Bancada do PSD que vai falar.

Maria Antónia Santos (PSD): A Escola de Caselas e dos Moinhos, neste momento, como todos sabem, partilham um espaço provisório ao pé da Secundária do Restelo. A Escola de Caselas, quando nós fizemos a visita, no dia 18 de outubro, estava previsto que já tivesse mudado as suas instalações para a escola original, com as devidas recuperações feitas, mas tal ainda não aconteceu.

Em termos de preocupações levantadas pelos pais, essas preocupações tinham mais natureza física – ou seja, relacionadas com o espaço físico – uma vez que as condições não são de todo as adequadas para as crianças, nomeadamente no caso dos dias de chuva não haver uma cobertura na entrada da escola, o equipamento infantil que existia no pátio estava danificado e era perigoso para as crianças, o espaço circundante da escola estava bastante sujo, havia falta de manutenção nos monoblocos, não havia espaço para os alunos jogarem futebol. Foi também pedido mais monoblocos, por causa da parte do refeitório, para terem mais espaço; a certificação dos equipamentos desportivos, a falta de extintores.

Alguns destes pontos, entretanto, foram sendo resolvidos, mas sabemos que também ainda há muitos por resolver.

Vou agora passar a palavra à Judite, que vai falar da Escola Paula Vicente.

Judite Fragoso (CDS-PP): Boa noite a todos. Cumprimento o Executivo, a Mesa, bem como todos os presentes aqui, o público. E agradeço a vossa presença, porque, de facto, faz todo o sentido fazermos a apresentação deste relatório com quem nós trabalhamos, com quem nós já nos reunimos, e a quem, de facto, estas questões dizem particular respeito.

Eu vou falar aqui da Escola Paula Vicente. Nós reunimos na Escola Paula Vicente no início de outubro, já estamos em março, mas ainda assim, algumas questões, acredito que já foram ultrapassadas, outras continuam a ser questões bastante delicadas. Reunimos na presença da Coordenadora da Escola, e também com membros da Associação de Pais. E em todas as escolas em que conseguimos reunir a Direção e pais, sentimos, de facto, a necessidade de ouvir as preocupações de um lado e do outro, porque são olhares diferentes, sensibilidades diferentes, e

no fundo, tendo sempre como centro das suas preocupações o bem-estar dos alunos e filhos.

De facto, as preocupações na altura levantadas prendiam-se com o muro que tinha ruído, e que isso colocava em causa a segurança dos alunos. Ao longo deste tempo – e bem sei que estamos a falar de outubro, e agora estamos em março – nós também fomos articulando diretamente com o Executivo, e de certa forma sentimos também aqui uma abertura do Executivo para conseguir agilizar alguns temas que estavam no seu poder, e na realidade, poderiam resolver. E de facto, houve o compromisso do Executivo de encontrar aqui uma solução provisória, com um tapume que vedasse o espaço da escola e protegesse, de facto, os alunos.

Outra preocupação levantada na altura pela Coordenadora e também pelos pais dizia respeito àquilo que eram os espaços verdes e espaços de recreio das crianças. Não posso esquecer a expressão utilizada pela Presidente da Associação de Pais, que foi que isto parecia uma escola ao abandono. Efetivamente assim parecia. De facto, falta de espaços verdes onde as crianças pudessem estar, o pavimento não era adequado para a prática de algumas modalidades desportivas, foi uma preocupação deles, já transmitida à DGEstE, e aparentemente com o compromisso da DGEstE de as obras na Escola Paula Vicente integrarem o Orçamento de Estado de 2019 – espero que concretizem.

Também uma preocupação relativamente às salas, e também uma iniciativa muito concreta dos pais, de promover uma ação de voluntariado que congregasse os pais dos alunos da escola, de certa forma a valorizarem o espaço de sala dos seus filhos, e em conjunto com os seus filhos pintarem as salas, criando um ambiente muito mais agradável, muito mais próprio para as aprendizagens. Nesta altura, sabemos que houve aqui também um compromisso da parte do Executivo, de fornecimento de tintas para esta atividade que se terá desenrolado no natal (ou por altura do natal), e também relativamente a questões muito concretas, como os fechos das janelas das salas que estavam estragados e não dava para abrir e para fechar, houve aqui pelo menos uma boa intenção de enviar alguém da Junta de Freguesia que pudesse de alguma forma ajudar no tratamento destas pequenas obras de serralharia.

Outra questão que foi levantada dizia respeito, de facto, também, como já disse, ao mobiliário urbano que estava danificado, e que também punha em causa a segurança das crianças.

O ponto positivo que foi nomeado pelos pais tinha a ver com os projetos de clube, em várias áreas, e que estavam bastante agradados. Isto também é uma iniciativa aqui da Junta de Freguesia, e de facto, aparentemente funciona muito bem e é do agrado de todos.

Relativamente à Escola do Bairro do Restelo, reunimos com os pais – embora a Coordenadora da Escola também tivesse sido convocada, sempre foi o nosso procedimento ao visitar todas as escolas, mas não compareceu à reunião, e então reunimos com os pais e com um aluno que nos acompanhou ao longo da reunião. E de facto, eu acho que a maior preocupação, a preocupação assim mais central

destes pais teve a ver com questões sobre o funcionamento das atividades de enriquecimento curricular, e que aparentemente neste momento ainda não estão sanadas. Há aqui questões que eu acho que, de alguma forma, também transcendem, não só o Executivo, como também as próprias escolas, que tem a ver com a diminuição do tempo destas atividades e com horários que muitas vezes, quando são alocados, quando algum docente aceita, depois acaba por não cumprir durante o tempo todo, porque, de facto, diz respeito a poucas horas. Mas, é uma preocupação que se mantém, porque eu já falei com os pais, e continua a ser uma preocupação.

Outra questão, relativamente à comunicação entre escola e pais. Na altura, houve a sugestão de colocação de um MUPI à entrada da escola, o Executivo disse que havia noutra parte da obra, e que iria ser transposto para a porta da escola, exatamente para que pudesse facilitar a comunicação entre o Agrupamento, a escola e os pais.

Outra questão muito central, a situação das obras, em que os pais sentem que o acompanhamento que está a ser feito à obra não está a ser totalmente eficaz, têm algum receio que faça demorar o tempo inicialmente previsto, e que, efetivamente, aquilo que é uma situação provisória se tenda a dilatar no tempo, e não é o desejável. A questão também do ar condicionado, tinha falado na altura, não sei se já estará sanada, mas pronto.

É de referir que os pais da Associação de Pais do Bairro do Restelo têm feito ao longo deste tempo vários contatos connosco, no sentido de nos manter sempre a par das coisas positivas e das atividades que vão dinamizando, e de algumas preocupações que, entretanto, têm surgido.

Escola Secundária Marquês de Pombal: aqui reunimos apenas com a Direção, porque não há representantes dos pais. Eu fiquei surpreendida, já tinha ido várias vezes à escola, na altura em que era local de votos, mas fiquei francamente surpreendida com o que encontrei. E de facto, aqui as questões levantadas pela Direção foram muito concretas, questões relacionadas com a segurança, em que os próprios professores pediam que houvesse um reforço do policiamento nas horas de maior afluência àquela zona, principalmente nas horas de início das aulas e nas interrupções letivas. Questões de mobilidade, porque a escola situa-se num local em que é difícil o acesso, e portanto, muitas vezes o acesso à escola está vedado por carros mal estacionados, o que acaba por prejudicar muito ali a mobilidade, e vai fazendo com que a escola vá ficando de certa forma isolada.

Dificuldade relativamente a um tema, que eu acho que tem sido muito abordado, e que também tem sido muito evidenciado na comunicação social, tem a ver com o estigma de que esta escola também padece, que é uma escola que tem umas infraestruturas, e do ponto de vista de cursos profissionais, fantásticas, tem uma oferta de cursos como não há noutras escolas, e temos aqui uma escola tão válida, e na realidade, há muito poucos candidatos, porque há a ideia de que é uma escola que é mal frequentada e que não é segura. E de facto, isto também tem aparecido na comunicação social, notícias dizendo que, de facto, há alunos da escola que provocam desacatos, quando os próprios professores conhecem os alunos e estão

por dentro das situações, e percebem que, de facto, há desacetos nas imediações da escola, mas não são os seus alunos que os provocam; são outras pessoas que se vão juntando. E de facto, sentimos aqui um bocadinho a necessidade de criar sinergias entre a Junta de Freguesia, entre a comunidade e a própria Escola Marquês de Pombal, para dar a conhecer todo este potencial, não só de formação que a escola tem, mas também, de alguma forma, promover as suas atividades e levar as pessoas lá, e desconstruir um pouco este estigma que existe, e que é uma pena, porque, no fundo, todos nós ficamos a perder. Sei que já foi pedido este reforço de policiamento à Escola Segura, espero que nesta altura as coisas já estejam um bocadinho mais sanadas, mas pronto, sentimos mesmo esta necessidade de dar aqui uma mão e abrir mais esta escola à comunidade, e levar mais a comunidade até à escola.

Pedro Rodrigues (PS): Novamente, agora em relação ao Jardim de Infância de Belém, nós tivemos uma reunião junto da Coordenadora do Jardim de Infância, no fim de novembro do ano passado, e ficámos também francamente bem surpreendidos com o jardim de infância, em termos de edifício e da própria organização, e até da própria dinâmica que a Coordenadora do Jardim de Infância tinha em relação a esta escola.

Foram-nos levantadas, contudo, algumas questões a nível de preocupações, nomeadamente questões que são pontuais, mas que são importantes, como o alarme de intrusão que estava desligado, não tinha forma de poder ser acionado e estar em função; questões associadas aos alarmes de detetores de incêndio, que funcionavam mal, faziam falsos alarmes. Uma questão da componente de jardim da própria escola, uma árvore que está morta e que não foi retirada nem substituída, e que a D. Maria José depois, mais tarde, disse que vieram cortar a água da rega, e portanto, não trataram da parte dos jardins. Há uma questão de estacionamento na praça, com falta de uma zona reservada à porta da escola, e pequenos apontamentos, como a falta de um gradeamento numa janela.

Mas, de uma forma geral, fiquei muito bem surpreendido com as instalações, em termos de edifício, é uma escola que foi intervencionada recentemente, bastante bem intervencionada, fiquei bastante agradado com o que vi. E também fiquei sobretudo a perceber que quando a Direção da Escola tem também um posicionamento muito ativo perante a Junta, que todos estes pequenos problemas acabam por ser rapidamente resolvidos.

Ficou também de haver depois uma reunião entre a Junta e o Executivo da Câmara Municipal de Lisboa, para se perceber quando é que seria feita a transferência do jardim de infância para a competência da Junta de Freguesia de Belém. Não sei se, entretanto, já foi, mas pronto.

E no fundo, em termos de escolas, foram estas as escolas que nós tivemos oportunidade de visitar, e que hoje aqui apresentamos.

Eu iria dar a palavra à Helena para, só em termos de conclusões, poder fechar esta primeira ronda, em termos daquilo que é a apresentação do relatório da Comissão de Educação desta Assembleia. Helena, se quiser agora concluir.

Presidente da Mesa: Muito obrigado ao grupo. Darei a palavra ao Executivo, eu faço questão de dar a palavra à responsável do Executivo pela educação, que acompanhou também o grupo, e desse ponto de vista foi, talvez se possa dizer *sui generis*, porque foi um grupo que envolveu as várias Bancadas, proposto pelas Bancadas, mas que teve sempre o acompanhamento e a participação do Executivo, e portanto, isso foi uma mais valia, na minha opinião.

Faça favor.

Helena Lencastre (Vogal): Obrigada pela palavra. Helena Lencastre, do Executivo. Boa noite a todos, boa noite às Bancadas, boa noite ao público, boa noite aos membros das associações presente.

Então, a conclusão deste grupo que eu tenho que fazer, como membro do grupo, é que foi muito importante para o grupo poder conhecer todas as escolas, ter conhecimento das realidades destas diferentes escolas que temos na freguesia. Foi muito enriquecedor, conseguimos – e falo no geral – ver e perceber outras problemáticas, foi importante termos este conhecimento, foi importante criarmos estes laços, esta relação e esta comunicação. Pode parecer que são mais umas pessoas a entrar, mais um grupo de trabalho a entrar nas escolas e a tentar perceber o que fazer, mas é mais uma maneira de comunicarmos, de ajudarmos e de colaborarmos. É este o papel deste grupo de trabalho, é sermos facilitadores. E foi isso que nós conseguimos fazer, e que este grupo notável trabalhou, em dois meses, entre outubro e novembro, conseguimos fazer este périplo pelas escolas, que nem sempre é fácil, com as Associações de Pais, com as escolas, com os nossos horários, com as nossas vidas, mas foi importante.

E a conclusão a que nós chegamos é que foram cumpridos os objetivos deste grupo de trabalho, da comissão. Há ainda muito mais a fazer, há coisas que podemos continuar a trabalhar. Daquilo que nos foi levantado, isto em outubro, novembro, dezembro, já estão algumas coisas resolvidas, outras continuam a tentar se resolver, mas acho que foi importante a constituição deste grupo, foi importante o nosso papel, e agora acho que temos coisas para continuar, assuntos para trabalhar, mas é esta a conclusão a que queremos chegar, de que valeu a pena a Assembleia constituir este grupo de trabalho, porque todos ganhamos com isso, sobretudo as escolas, assim como eu, como Vogal da Educação, com este grupo de trabalho.

Obrigada.

Presidente do Executivo: Também na sequência desta situação, também, salvo erro, vai à próxima reunião um projeto em que está previsto também aquilo que tínhamos prometido em algumas situações, para tentarmos melhorar aquela envolvente à Escola Marquês de Pombal, avançarmos com aquelas coisas à volta da escola, umas mesas, umas cadeiras, umas zonas mais específicas onde as pessoas possam estar, para não estarem do outro lado, em cima das portas e das janelas dos vizinhos, que diziam muito isso. Já temos o material, e agora vai ser aprovado, salvo erro depois de amanhã, quando for a reunião, está previsto

aprovar-se para começarmos a executar no terreno esse material, do outro lado, junto à Escola Marquês de Pombal, que estava incluído também nessas medidas de segurança.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu penso que está feita a apresentação do relatório pelos vários elementos das diferentes Bancadas que integraram este grupo de trabalho, também o Executivo já se juntou a esta discussão. E então, agora, como tinha dito no início, obviamente que daremos a palavra a qualquer elemento do público. Vou dar a palavra ainda ao representante da CDU, que tinha pedido primeiro, Josué Caldeira, uma vez que foi o único que não interveio nesta fase do debate, e a seguir, então, darei a palavra aos elementos do público, pedindo que, obviamente, primeiro se centrassem, aqueles que quiserem falar, sobre este tema, acho que faz sentido, porque vem na sequência da apresentação do relatório. Mas, primeiro, Josué Caldeira, do PCP.

Josué Caldeira (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

A primeira ideia que eu queria transmitir é da minha profunda estupefação – estupefação – por aquilo que acaba de acontecer, que não é surpresa, relativamente ao relatório, mas eu estou estupefacto, e eu vou explicar porquê.

Em primeiro lugar, quero sinalizar o seguinte: nós queremos valorizar o trabalho que foi feito pelos fregueses, pelos elementos desta Assembleia de Freguesia, o trabalho individual e coletivo que foi feito, e inclusivamente o conteúdo do relatório que foi produzido, nomeadamente em algumas partes que constituem, de facto, um bom diagnóstico. Mas, eu gostaria de perguntar, Sr. Presidente, e esta minha intervenção vai atingir principalmente a Mesa da Assembleia de Freguesia. Eu volto ao mesmo ponto, àquele ponto que há bocadinho dizia: eu gostava que me esclarecesse, Sr. Presidente ou Srs. Membros da Mesa, em que ponto, em que momento a Assembleia de Freguesia decidiu que esta comissão de trabalho iria ter, por exemplo, estes três objetivos que estão definidos num dos anexos do relatório que foi apresentado. Em que momento? Quem é que decidiu? Como é que foi feita a deliberação de que esta comissão de trabalho tinha estes três objetivos? Eu gostaria que me esclarecesse.

Presidente da Mesa: Sr. Membro da Assembleia de Freguesia, eu não tenho aqui neste momento a deliberação, mas posso dar-lhe. A única coisa que eu lhe posso garantir é que a Assembleia decidiu, foi aprovada uma resolução da Assembleia em que foram aprovados quais eram os pontos e qual era o método, foi votada na Assembleia – foi votada por unanimidade, incluindo a sua Bancada, que votou também a favor – foram aprovados estes três pontos por unanimidade na Assembleia. Na sequência, foi decidido criar um grupo de trabalho – que de resto, era o que se propunha, uma comissão de acompanhamento integrando todas as forças – todas as forças integraram, fizeram o seu trabalho. Segundo o que disse, uma das responsáveis deste grupo de trabalho – a partir daí, como imaginará, não compete à Mesa da Assembleia, e muito menos ao seu Presidente, dirigir ou integrar o grupo de trabalho. A única coisa que eu fiz foi receber esta proposta, que veio primeiro do Grupo do CDS-PP, mas também depois subscrita pelo PSD, mas

que foi aprovada, teve a aprovação, também logo à partida, através de declaração que foi feita na Assembleia, do Partido Socialista, foi votada por todos, foi aprovada por unanimidade. A partir daí, não é função do Presidente da Assembleia dirigir o grupo de trabalho. Devo dizer que a partir daí, a única coisa que fizemos foi aguardar que o grupo de trabalho fizesse o seu trabalho, verifico com satisfação, enquanto Presidente da Assembleia, uma vez que foi uma decisão unânime, que o fez, que não deixou o trabalho em mãos alheias. Segundo o que aqui foi dito, eu não posso testemunhar, porque não fui eu que convoquei as visitas, nem as reuniões, segundo o que foi dito, o seu colega, que hoje aqui está a substituir, não compareceu nas várias reuniões, foi aquilo de que fui informado – também não posso testemunhar porque eu não estive nessas mesmas reuniões. E está aqui o resultado do trabalho que foi aprovado, como é normal, democraticamente, numa Assembleia que é democrática – no caso, até foi por unanimidade. Qual foi a data desta Assembleia, já não me lembro, mas foi já há uns meses. Em 12 de abril foi aprovado. Surpreende-nos, por isso, a sua estupefação, mas se a quiser esclarecer.

Josué Caldeira (PCP): Sr. Presidente, eu desconhecia esse facto, e por isso lhe fiz o pedido de esclarecimento. De qualquer forma, o ponto mantém-se – e eu digo isto em respeito pela Assembleia de Freguesia, pelo órgão Assembleia de Freguesia, e em respeito também da separação de poderes entre Assembleia de Freguesia e Junta de Freguesia. É que um dos objetivos que estão acometidos – e na nossa opinião, erradamente – a uma comissão deste tipo, é de arranjar soluções para os problemas e ajudar a executá-las. Bom, as comissões, isto não é, como se costuma dizer, “a casa da Joana”; as comissões têm um enquadramento legal específico. As comissões de trabalho em Autarquias Locais regem-se, e nomeadamente na freguesia, pelo art.º 10.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, que diz o seguinte: “*Compete à Assembleia de Freguesia...*” – entre outras coisas, no que diz respeito às comissões – “... *deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para o estudo de matérias relativas às atribuições da freguesia, e sem prejudicar o funcionamento e a atividade normal da Junta de Freguesia.*” O grupo de trabalho, ou a comissão de trabalho, é deliberada para proceder ao estudo; o grupo de trabalho não é criado para arranjar soluções e ajudar a executá-las. Não é função de uma comissão de trabalho de uma Assembleia de Freguesia assumir responsabilidades de natureza executiva. E eu gostaria de sublinhar este ponto, porque o relatório evidencia esta confusão, esta promiscuidade, ainda que eu volte a dizer, o relatório tem elementos de diagnóstico importantes.

Mas, vamos ver: a determinado ponto diz-se que se arranjou uma solução de compromisso entre a Junta de Freguesia, para disponibilizar duas pistas; que um elemento da comissão arranjou um orçamento para uma cobertura temporária. Isto é, há um conjunto de decisões e de execução de matéria de carácter executivo. Sim, mas desculpe, esta comissão, ainda que tenha um membro do Executivo, não é um órgão misto. É só para dizer que o próprio funcionamento da comissão, até surpreende mesmo nas conclusões. Quais são as conclusões a que esta comissão chega? As conclusões deviam ser um conjunto de recomendações a enviar ao Executivo da Junta de Freguesia, eventualmente ao Executivo da Câmara Municipal, e inclusivamente ao Ministério da Educação.

Há bocadinho foi dito, e esse é o meu ponto, é que a comissão funcionou quase como um órgão facilitador de conflitos, e de articulações, e de diálogo. Ora, não é essa a função de uma Assembleia de Freguesia, e não é essa a função de uma comissão de trabalho criada no âmbito de uma Assembleia de Freguesia. O grupo de trabalho deve ser, sim, obviamente, dirigido a problemas da freguesia, e trata problemas da freguesia, e tenta encontrar soluções, e faz recomendações neste sentido. O meu ponto é que esta comissão é criada no âmbito de uma Assembleia de Freguesia, e o seu trabalho está cristalinamente expresso e especificado no relatório que apresenta, e o seu trabalho não é mais do que a substituição do Executivo da Junta de Freguesia. Nós não nos podemos esquecer que nós estamos numa Junta de Freguesia com um Orçamento de cinco milhões de euros (5.000.000€), trabalhamos numa cidade em que há uma Autarquia Municipal que tem um Orçamento de mil milhões de euros (1.000.000.000€), e trabalhamos no quadro de um país que tem um Ministério da Educação que tem não sei quantos milhões. E portanto, o problema aqui não deve ser colocado do ponto de vista de a Assembleia de Freguesia tentar resolver diálogos, e tentar resolver – isso não é um problema da Assembleia de Freguesia. Este problema da educação que nós temos aqui é um problema que decorre de políticas locais e de políticas nacionais, e que nós, Assembleia de Freguesia, não podemos diluir esses problemas no quadro do nosso funcionamento. E esse ponto é decisivo.

Do ponto de vista do PCP, há total abertura para participar num grupo de trabalho deste tipo, mas se o grupo de trabalho tiver como objetivo missões de natureza executiva, meus caros amigos, não contem com o PCP para isso. Se tiverem um grupo de trabalho seguindo aquilo que está definido em Lei, pois, meus caros amigos, daremos colaboração plena. Aliás, há uma curiosidade: é que o PCP não precisou das notícias da televisão para pedir reuniões com os pais e para intervir, nomeadamente através da Câmara Municipal, junto da Câmara e do Ministério, através do Grupo Parlamentar, junto do Ministério para resolver os problemas da educação. Não precisámos.

Portanto, nós teremos total disponibilidade para participar num grupo de trabalho, no quadro daquilo que está definido em Lei, e nós não estaremos disponíveis para participar num grupo de trabalho que tenta diluir responsabilidades, e que tenta apagar as responsabilidades políticas – aliás, porque não é esta a função da Assembleia de Freguesia.

Tenho dito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente da Mesa: Obrigado. Faça favor.

José Matos Rosa (PSD): Sr. Presidente, sobre a condução dos trabalhos, eu queria fazer uma sugestão, o representante da CDU já disse o que tinha a dizer, eu acho excelente o trabalho desta comissão, e dou os meus parabéns, já que tenho esta oportunidade agora. Vou ser muito sintético – que uma interpelação tem que ser sintética – e estamos numa altura, com todos aqueles que aqui estão, que são interessados nesta matéria da educação, acho que o trabalho está excelente, e portanto, fazia uma sugestão ao membro da CDU, que no final, quando votássemos

o relatório, ou então fizesse uma declaração de voto, ou fizesse uma declaração para a ata, e que agora deixasse seguir os trabalhos, e que pudéssemos fazer aqui uma ampla discussão sobre a educação na nossa freguesia.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Matos Rosa.

Estou de acordo, e vamos prosseguir os nossos trabalhos, que penso que se o público veio e se está aqui é porque seguramente querará intervir. Penso que ficou clara a posição da CDU.

Naquilo que me diz respeito a mim, e à parte da interpelação à Mesa, dizer só que eu me limito a reproduzir as informações que tenho, que foi que não houve participação neste grupo, não sei por quê, tivesse havido.

E em segundo lugar, obviamente que é natural que não tenha conhecimento, uma vez que é a primeira Assembleia de Freguesia – pelo menos desde que eu sou Presidente – em que participa, porque é outro o habitual titular da CDU na Assembleia, e portanto, é normal que não tivesse conhecimento.

Por último, dizer que eu acho que a Assembleia assume com enorme à vontade as deliberações que tomou. Devo dizer que as deliberações que eram do Executivo foram tomadas, e as propostas do Executivo, designadamente a questão das piscinas, foi o Sr. Presidente da Junta de Freguesia que aqui trouxe a solução, e foi votada pela Assembleia de Freguesia. A Assembleia assume as suas deliberações, mas assume as suas deliberações da única forma em que o pode decidir, que é por votação democrática. E portanto, se há uma votação em que doze votam de uma maneira, e um votará de outra, eu tenho muita pena, mas nós temos que seguir os doze, não podemos seguir um.

Dito isto, dou a palavra ao público, e pedia aos membros do público que se queiram inscrever, que o façam, se faz favor. Pedia só que nos dissesse o seu nome.

Cláudia (Munícipe): É a primeira vez que estou a intervir numa Assembleia. O meu nome é Cláudia, e sou mãe da Carolina, que tem seis anos, e está na Escola Básica de Caselas, e faço parte da Associação de Pais de Caselas.

Eu gostaria de falar, e para já, gostava de agradecer terem elaborado o relatório, e também por terem convocado esta Assembleia, que é muito importante para nós, pais, podermos expor as nossas preocupações relativamente às escolas da freguesia.

O primeiro ponto que eu gostaria de referir é relativamente às atividades de enriquecimento curricular. Desde o início do ano letivo, até sensivelmente ao final do mês de dezembro, a minha filha, como as outras crianças, não tiveram professores de atividades de enriquecimento curricular. As atividades de enriquecimento curricular nas escolas da Junta, como saberão, ficou estipulado um horário para elas, que é entre as dezasseis e as dezassete. Com o intuito de perceber se, efetivamente, esta situação era comum a todas as escolas, pedi a marcação de uma reunião com o Agrupamento de Escolas da Francisco Arruda

(que é aqui ao lado), e reuni-me com a Direção da escola, juntamente com a Presidente da Associação dos Moinhos. A Escola Francisco Arruda está a ser gerida pela Junta de Freguesia da Ajuda e de Alcântara, e verificámos que no caso deste Agrupamento, esta situação relativamente às AEC's e à dificuldade na captação de recursos não existe, e tinha uma razão, que depois se ia verificar que não era só na Francisco Arruda, mas que também, por exemplo, na Junta de Freguesia de Campo de Ourique, que também é promotora de AEC's, este problema não acontece; no Concelho de Odivelas, numa outra escola, também não acontece; e também nas escolas em Benfica, este problema das AEC's não acontece. E por quê? Quer dizer, creio eu que é por esta situação, é precisamente por esta situação do horário. O que eu verifiquei nestas escolas – e esta foi uma das coisas que o Presidente do Conselho Diretivo da Francisco Arruda nos explicou, que era esse o problema, é que como as AEC's são todas à mesma hora em todas as escolas, não é possível a captação de recursos suficientes. Quer dizer, os professores, quando são contratados, são contratados para dar duas ou três aulas, o que não é uma coisa que seja apelativa financeiramente, e dar duas aulas por semana não é uma coisa que seja apelativa para os professores.

Então, o que é que estas escolas fizeram? Intercalaram as AEC's entre o período letivo, no meio do período letivo, e também fora do período letivo, e por exemplo, no caso da Francisco Arruda não têm problemas de colocação de professores; no início do ano, conseguem ter todos os professores alocados. Eu creio que esta solução de alteração do horário das AEC's seria uma solução para maior captação de recursos, e mais facilmente termos professores a lecionar essas atividades, e também seria uma forma de os professores das AEC's se sentirem efetivamente integrados nas escolas. Posso dizer que na Escola Francisco Arruda há professores a darem dezoito horas de AEC's, é completamente diferente do que dar duas horas por semana.

Eu sei que esta situação da alteração dos horários não é uma situação que a Junta de Freguesia possa fazer sozinha, porque isto implica, obviamente, com os horários dos professores titulares. Porém, o que eu peço à Junta de Freguesia, e juntamente com a nossa ajuda – que temos feito bastante – pressionar o Agrupamento no sentido de alterar esta situação, porque este problema persiste. Este problema, este ano, foi tão mau que ainda não está resolvido, porque ainda existem dois professores de AEC's para serem alocados, ainda há turmas que não têm atividades de enriquecimento curricular. E para evitar que este problema persista e que continue, acho que esta alteração de horário era absolutamente essencial.

Além desta situação do horário, eu creio que tem que haver da parte da Junta um dinamismo muito maior na parte da divulgação dos concursos. Estes concursos duram três dias, a apresentação das candidaturas. Eu posso dizer-lhe, a título exemplificativo, fui pesquisar, que no dia 7 de janeiro foi lançado um concurso, e só foi publicado no dia 9 de janeiro no *Facebook* da Junta. Ora, obviamente que se são períodos de três dias de candidatura, não se pode demorar tanto tempo a colocar e a divulgar essa informação. E portanto, o que deixamos como sugestão à Junta é que a divulgação seja imediata, aquando do lançamento do concurso, primeiro; segundo, que se pudesse haver um pré-aviso de que vai haver o lançamento de um concurso, já com a reunião de toda a documentação que é

necessária, para que os professores saibam atempadamente, e até se possam preparar logo para o envio da documentação, seria o melhor.

O problema é que a captação de recursos, não é só aí que reside o problema. Eu queria dizer outra coisa: quando a Junta de Freguesia se candidata para promover as AEC's junto da DGEstE, tem que dizer quais é que são as áreas das AEC's que se vai propor promover. Então, relativamente a esta situação das áreas, o que eu acho é que se pretendemos que haja mais professores a concorrer, o mais fácil seria colocar várias áreas, concorrer a várias áreas, e não só a expressões plásticas, atividade física, inglês. Vamos tentar abranger o maior número de áreas possível, para que não havendo o professor de expressões plásticas, haja outro professor noutra área.

Não é só um problema de captação de recursos; é também um problema de supervisão do trabalho produzido. Eu contatei com uma professora de AEC, de expressões, não lhe foi entregue qualquer plano, não há informação sobre os objetivos que ela tem que atingir, não perguntam se está a correr tudo bem – ou seja, o acompanhamento por parte da Junta, peço desculpa por dizer isto, mas é nulo. Nunca lhe pediram para ver os trabalhos, se estava a correr tudo bem, uma coisa que me parece que é básica, e ainda mais, que ela não conhece os outros professores das escolas onde leciona, sejam titulares ou de AEC's. Disse-me também que há problemas de material, que pediu cartolinas várias vezes e que não lhe forneceram. Entretanto, parece que essa situação foi resolvida ontem. Entretanto, tem também um livro de ponto que não tem sequer o nome dos alunos que estão inscritos nas AEC's, o que dificulta o seu trabalho, porque quando começou a trabalhar, basicamente não sabia para que pavilhão se dirigir, não estava lá ninguém, e também não sabia quais é que eram os alunos que estavam inscritos. E portanto, isso é uma competência que é da Junta, e acho que está a falhar nesse aspeto. Acho que deve pedir, então, uma planificação das aulas, ou expressões das AEC's, tal como os outros professores titulares também têm que fazer.

Também há aqui algumas falhas de comunicação da Junta de Freguesia para conosco, pais. A minha filha, no outro dia, que era o dia de inglês, teve música – eu não sei por quê, mas ainda bem que há música. Gostava só de saber o por quê de isso ter acontecido.

E outra situação, além das atividades de enriquecimento curricular, eu acho que há uma parca oferta educativa por parte da Junta, honestamente. Eu sei que há parcerias com o CCB, soube porque me disseram, há parcerias com o CCB, há ??? para o jardim de infância, e vai haver as Marchas Populares também. Mas, para o 1.º ciclo – porque eu sei que isto é quase tudo direcionado para o jardim de infância, e eu acho que as crianças do 1.º ciclo precisam muito de artes na vida delas, precisam de música, precisam de ir ao CCB, ao Planetário. Nós somos tão privilegiados por viver nesta freguesia – a verdade é essa – o CCB, o LU.CA, o teatro abriu há pouco tempo. Faça parcerias, mas parcerias que sejam regulares, não é nas férias do verão ir ao Planetário, não é isso; é começarmos a fazer parcerias regulares, porque acho que os nossos filhos merecem isso, e merecem muito mais. As Associações de Pais estão disponíveis, estão unidas para ajudar

em tudo em que precisem de ajuda da nossa parte, fomos nós que arranámos alguns dos professores das AEC's, e portanto, estamos disponíveis na procura de soluções.

Só uma última coisa que me pediram para falar: a Escola de Caselas, hoje houve reunião do Agrupamento, e parece que há um problema na Escola de Caselas relativamente às obras, que é uma ligação de um ramal da água, a ligação do ramal da água ao edifício. Eu sei que também não é competência da Junta, mas peço-vos ajuda para pressionarem a Câmara Municipal de Lisboa para tentarem resolver a questão.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Apesar de ter sido uma intervenção um pouco mais longa, é óbvio que outras pessoas que queiram levantar os mesmos assuntos, estão dispensadas de repetir aquilo que já foi dito, mas podem, obviamente, acrescentar outras coisas.

Tem a palavra, pedia só que se identificasse.

Ana Valente (Munícipe): Boa noite. Ana Valente. Vou tentar não repetir aqui algumas questões.

Sou mãe de duas crianças que frequentam o Agrupamento de Escolas, uma no JI dos Moinhos, e outra no 1.º ciclo, na Escola do Bairro, e sou membro da Associação de Pais dos Moinhos.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à comissão de acompanhamento o relatório apresentado sobre as escolas. A situação atual das escolas não é a mesma de há seis meses atrás, alguns temas sofreram algumas atualizações.

Em segundo lugar, gostaria de abordar as questões relativamente à CAF. Falámos na semana passada com a Dra. Helena Lencastre, mas gostaríamos de reforçar nesta Assembleia. É necessária e urgente a formação dos monitores de CAF na área da parentalidade e comportamento. Achamos ser benéfico dar às equipas ferramentas para a resolução de alguns conflitos e comportamentos com que se deparam diariamente.

Gostaríamos de sugerir também que no início de cada ano letivo houvesse uma reunião com os encarregados de educação para apresentar os monitores de CAF e apresentar o projeto educativo para o mesmo. Eu trago comigo alguns exemplos de coisas que se fazem noutras freguesias, que depois poderei partilhar.

Por último, gostaria de abordar a questão das AEC's. O início deste ano letivo, honestamente, foi um desastre, terminámos o primeiro período com trinta e oito aulas sem professor, foi solicitado em novembro e dezembro o apoio das Associações de Pais para a divulgação dos concursos, e na última Assembleia pedimos que houvesse divulgação no *Facebook* da Junta. Neste momento, estão ainda em falta sete aulas de AEC por preencher. Gostaríamos de perceber que esforço é que estão a fazer para resolver esta questão, porque a nós parece-nos que já aceitaram as coisas como elas estão atualmente.

Para agravar a situação, após dois meses do início do segundo período, começámos a ter informações sobre o descontentamento dos professores das AEC's, com alguns relatos que nos deixam bastante preocupados, e que eu passo a enunciar:

“No primeiro dia de aulas, cheguei à escola e não havia ninguém para me receber e orientar. Não sabia a quem me dirigir. Um professor disse-me onde era a sala, e pouco mais. Não tinha uma lista com o nome dos alunos da turma; tinha apenas oito ou nove alunos, e não sabia onde estavam os restantes. Não sabia se os alunos tinham material próprio para a aula; perguntei, mas ninguém me soube responder. Senti-me desorientada e sem apoio. Tenho de tirar cópias fora para poder ter material para as aulas. Não tenho material, e tudo desorganizado.”

Isto foram relatos que nos fizeram chegar. Isto é global, isto são relatos de vários professores das AEC's, dos Moinhos e Bairro. Como eu tenho crianças nas duas, faço parte da Associação das duas. Apesar de termos sido informados pela Junta de que os professores que agora estão a dar AEC's são muito assíduos, e que as coisas estão a correr bem, estas queixas deixam-nos um pouco preocupados, e levam-nos a perguntar uma vez mais: que orientação e apoio é dado aos professores? Não deveriam haver reuniões entre os professores titulares e os professores das AEC's? Existe material disponível para as aulas em cada escola? Os professores têm conhecimento das metas orientadoras? Gostaríamos também de perceber qual a estratégia que a Junta tem para que no próximo ano letivo não se volte a repetir o que aconteceu este ano.

Nos últimos meses, as Associações de Pais pesquisaram e tiveram reuniões em diversos Agrupamentos – como já foi referido anteriormente – e temos aqui algumas sugestões que gostaríamos de apresentar: elaboração de um plano trimestral ou anual com as ações previstas para cada atividade de AEC – como disse no início, tenho aqui documentos de exemplos de outras freguesias que o fazem – uma preparação prévia para o concurso (como a Cláudia já referiu); procura de parcerias com associações, academias e IPSS's locais, por forma a facilitar a seleção e o recrutamento dos profissionais; marcação de reuniões trimestrais com os professores titulares de cada turma e com os professores das AEC's – o comportamento dos alunos altera-se na passagem do professor titular para as AEC's, não veem com respeito o professor das AEC's, e pensamos que isto é muito devido à falta de coordenação entre ambas as partes, Junta e Agrupamento – disponibilizar um horário de atendimento do coordenador de AEC para os pais, com marcação prévia; apresentação dos professores e do respetivo projeto educativo aos pais.

Entendemos também que o presente modelo de avaliação não é o adequado, e sabemos que a Junta, em tempos, propôs um modelo diferente ao Agrupamento, que foi rejeitado. Vimos assim solicitar a partilha do mesmo, para que em conjunto possamos, junto do Agrupamento, propor uma nova alteração.

Pensamos que estas propostas não só irão ajudar na organização das AEC's, como também irão resolver alguns problemas de comunicação entre a Junta, escola e pais.

É ainda do nosso conhecimento que o horário atual das AEC's não é atrativo para os professores. Como tal, iremos propor ao Agrupamento de Escolas a alteração aos mesmos.

Face a todo este cenário, reforçamos a disponibilidade das Associações de Pais para uma possível parceria. Muitas vezes, para a resolução destas questões, temos que ser criativos nas soluções, e gostaríamos que a Junta aproveitasse este recurso na ajuda para a resolução de problemas.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Pedia-lhe também que se identificasse.

Rita Gouveia (Munícipe): O meu nome é Rita Gouveia.

Eu caí de paraquedas na reunião anterior na Secundária do Restelo, e soube desta reunião por acaso, visto que há uma tremenda falta de informação. Venho de uma escola que não faz parte do relatório, mas que pertence ao Agrupamento, que é a Escola Manuel Sérgio – pelos vistos esqueceram-se de lá ir fazer o levantamento das necessidades. Não é da freguesia? Das AEC's se calhar é. Pois, eu sabia disso também. Eu sei que responde perante a Junta de Freguesia da Ajuda, mas também pertence ao Agrupamento aqui do Restelo.

E portanto, sendo mãe de dois meninos com necessidades educativas especiais, tenho muita coisa para dizer. Tenho uma filha numa escola privada, porque morro de medo de a meter na escola pública, aqui no Agrupamento – está na Torre – e tenho um filho lá na primária, no primeiro ano. É uma unidade criada há um ano e tal, e além de materiais que não existem, de coisas interativas que não existem, de passeios que fazem no natal, mil e uma coisas, mas que o ano inteiro é que interessa, precisam de pessoas a nível pedagógico, que não há. Portanto, eu tenho uma associação, que eu estou a pagar do meu bolso, a trabalhar com eles, porque graças a Deus tenho meios económicos para o fazer, mas à tarde, as pessoas que são contratadas para lá estar não têm nenhuma formação pedagógica, nem para os que são “normais”, nem para os que são “anormais”. E portanto, enfim, isto é o mundo em que eu estou, de que ninguém fala.

Portanto, não sei o que é que posso dizer mais. O recreio tem péssimas condições, é em pedra de calçada, é bom para eles partirem as cabeças. O meu filho, quando não está ocupado, está com os miúdos todos, é um miúdo que não é agressivo, mas se houvesse atividades lúdicas de qualquer espécie, eles tinham, se calhar, outros estímulos. E portanto, era bom para aquela população cigana, que é o que a escola maioritariamente tem, e enquadrava, se calhar, na população deles, as Juntas deveriam pensar em algumas coisas direcionadas para aquela população, se calhar nunca ninguém pensou nisso, e para a unidade que faz parte do Agrupamento, é a única escola do Agrupamento onde há uma unidade ??? é ali, e

nunca ninguém se lembra de fazer nada relativamente àquilo. Se eu quiser pôr o meu filho nos Moinhos ou no Bairro, vai ser o fim do mundo, porque o meu filho não fica sentado numa sala. Eu não vejo respostas dos Agrupamentos. Eu estou a pensar ir visitar todos os Agrupamentos de Lisboa e arredores para fugir daqui, e para ver qual é o que trabalha bem. Por quê? Porque eu não vejo trabalho aqui neste Agrupamento.

Muito obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Intervenção seguinte, tinha visto mais braços no ar. Faça favor, pedia também que se identificasse.

João Pina (Munícipe): João Pina, tenho três filhos, na Paula Vicente e em Caselas.

Em primeiro lugar, dar os parabéns por este trabalho. Bem ou mal, o trabalho é bom, há um levantamento feito, e portanto, agora é ir para a frente, enviar isto para o Executivo, e eles que executem todas essas tarefas. Eu acho que isto é uma mais valia, este trabalho é uma mais valia, claramente.

Posto isto, eu li o relatório, e eu posso dizer que relativamente à Paula Vicente, está feito zero. Todas as *démarches* que a comissão falou, e bem, propôs ao Executivo, à Junta de Freguesia, até agora não está feito nada. Ou seja, a escola sofre do mesmo problema de segurança, neste momento não há muro, o perímetro da escola está comprometido, já entraram miúdos lá dentro durante a noite, já danificaram aquilo tudo, miúdos que já saíram do recreio sem o controlo dos próprios funcionários. Eu sei que a competência é da DGEstE, mas também sei que a Junta pode dar algum contributo, e aparentemente assumiu esse contributo, porque é o que está plasmado no relatório, de meter uma rede, com uma rede fecha-se aquilo, é tão simples quanto isso.

Depois, relativamente ao outro problema que levantou, relativamente à Paula Vicente, não está feito nada. Desde a última reunião, não foi feito absolutamente nada. Eu também confirmei, falei com a Diretora da escola.

Relativamente à questão daqueles problemas menores que existem para criar um melhor ambiente, digamos assim, de sala, que é, no fundo, ir um serralheiro consertar três ou quatro janelas que têm problemas, um carpinteiro fazer uns pequenos arranjos nas portas, porque merecem e precisam urgentemente. Isso está ao alcance da Junta, e aí também pedimos esse vosso singelo contributo. E isso faz toda a diferença; podem não acreditar, mas faz toda a diferença.

Depois, queria trazer um terceiro ponto – para ser mais rápido – que é relativamente aos espaços verdes. Eu sei que há aí guerra das competências – guerra no bom sentido – eu estou a falar relativamente ao espaço verde da Escola Paula Vicente. Existia aparentemente um contrato, a manutenção do espaço verde da Paula Vicente estava dentro, digamos assim, do bolo da Junta, a Junta é que fazia a manutenção do espaço verde lá dentro, na Paula Vicente. Não? Nunca foi assim? A minha questão aqui é qual é a possibilidade de continuarem esse trabalho, porque aquilo está totalmente ao abandono – e a palavra é “abandono”; há bocado

frisou aqui essa questão, aquela escola está totalmente ao abandono. Nós já fizemos várias insistências junto da DGEstE, junto do Agrupamento, aparentemente já existe um orçamento, de duzentos e noventa mil euros (290.000€), vão avançar as obras lá na Paula Vicente, foi a informação hoje que me foi dada, que tivemos uma reunião no Agrupamento, mas vão retirar essa verba de duzentos e noventa mil (290.000€) à Secundária do Restelo, já não vão fazer as obras lá na Escola Secundária. Mas, pronto, isto é puxar de um lado e passar para outro.

E isto são três coisas pequenas – esta questão dos espaços verdes, esta questão de a Junta enviar um serralheiro ou um carpinteiro à escola para fazer esses pequenos arranjos, e a outra questão, que era a questão do muro, colocar ali um tapume para evitar este problema de segurança, que é um problema grave de segurança que está ali na escola. Todos sabem, todos conhecem, e ninguém faz absolutamente nada.

Pronto, é só isto. Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado pela sua intervenção também. Faça favor.

Luís Guerreiro (Munícipe): Muito boa noite a todos. Luís Guerreiro, Associação de Pais do Bairro do Restelo. Boa noite a todos.

Creio que vou tentar utilizar os três minutos que me dá, para que os outros também possam utilizar a sua palavra.

Antes de mais, parabéns pelo relatório, em relação à apresentação. Creio que peca em dois aspetos: um, foi criado a 18 de abril de 2018, passaram onze meses. Onze meses é muito tempo para uma série de situações que acontecem nas nossas escolas, e as nossas crianças não podem ficar onze meses à espera que um extintor esteja na escola, que a vedação seja substituída, que questões de segurança devam ser resolvidas no imediato. Eu penso que, em resumo, existe, de facto, uma comunicação que tem sido o grande esforço das Associações de Pais que aqui estão – e eu tenho notado isso nos últimos três anos – tem havido um esforço, com muito bom senso que se tem visto por parte dos pais, em procurar que os assuntos cheguem a bom porto. Por exemplo, na Escola do Bairro do Restelo, temos um *site*, que se vocês já receberam a comunicação da nossa parte e tiverem curiosidade, podem, de facto, ver a quantidade de notícias que saíram ao longo dos últimos três anos, o trabalho que tem sido feito pela associação. E portanto, a nível de comunicação, penso que temos, com algum orgulho, feito esse trabalho.

Aquilo que eu gostava desta Assembleia hoje, o que é que era, como desejo? Era que fossem definidos tempos de resposta. Se é uma questão de segurança, segurança no imediato, que em vinte e quatro horas tivéssemos uma resposta; se são riscos diversos, ao nível de incêndios, catástrofes, sismos, quedas de objetos, com algum perigo, mas não no imediato, em três dias tivéssemos uma resposta, e que o problema estivesse resolvido, ou com uma data fixa de para quando essa resolução seria feita; se tivesse a ver com conforto e bem-estar, um ar condicionado, talvez seria razoável uma semana, ou duas; e outros assuntos não

prioritários, talvez em quatro semanas termos uma resposta, ou sabermos efetivamente quando é que são resolvidos. Se, de facto, houvesse este compromisso dos presentes em termos esta capacidade de resposta às várias questões que vão surgindo, eu penso que aí ficaríamos todos mais satisfeitos, e teríamos, de facto, uma freguesia onde teríamos todos orgulho em viver.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Ainda sobre as escolas, aquela senhora lá atrás, se faz favor. Pedia também que se identificasse.

Fátima Valverde (Munícipe): Fátima Valverde, Presidente da Associação de Pais da Escola Secundária do Restelo. Boa noite aos presentes.

Rapidamente, deixar uma palavra ao trabalho e ao levantamento que foi feito, reforço esses parabéns, e deixo também os parabéns à Junta, no caso especial da Secundária do Restelo, pelo trabalho desenvolvido, e finalmente podermos utilizar a piscina. Não faz sentido que uma escola que tem poucas infraestruturas desportivas não possa utilizar este equipamento.

Muito rapidamente, então, venho pedir à Junta – e a Associação de Pais disponibiliza todas as diligências que sejam necessárias e para as quais precisem da nossa contribuição, e que essa mesma seja útil – para retomar as conversações quadripartidas entre a DGEstE, a Câmara Municipal, a Junta e o Agrupamento, para a instalação de um pavilhão desportivo, ou multiusos, que possa vir a colmatar as lacunas de recinto desportivo dentro do estabelecimento escolar, mas também possa contribuir como uma mais valia, que possa ser utilizado no âmbito das atividades da freguesia. Essa é a primeira questão.

Segunda questão: quero reforçar aqui – como, aliás, o meu colega João Pina já referiu – a Escola Secundária do Restelo tem um grande espaço verde, é conhecida, e tem sido muito publicitada, a invasão de ratos e de outras pragas que infelizmente ainda persistem no estabelecimento. Temos adolescentes, adultos a trabalhar ali, e agora, obviamente, temos crianças menores. E portanto, é realmente importante fazer uma limpeza, manutenção de todo aquele prado – que já ultrapassa a palavra “prado” – na escola. A escola não tem capacidade financeira para o fazer, e já em tempos, em reunião que tivemos com o Executivo da Junta, houve alguma abertura para pontualmente a Junta ajudar a fazer esta limpeza do espaço verde dentro da escola. Portanto, venho de novo aqui solicitar essa ajuda, e pedir se há alguma possibilidade de pontualmente a Junta – e este Executivo, neste caso – fazer essa manutenção de espaços verdes dentro da escola.

Uma outra questão, a Associação de Pais já tem pedido várias reuniões, inclusive com o Departamento de Trânsito da Câmara Municipal de Lisboa, eu aqui sei que a Junta não tem – ou pelo menos fui informada dessa forma – competência para tal. No entanto, venho solicitar os vossos bons ofícios para apressar, dar algum alento a um assunto que está por resolver na Secundária do Restelo, que são as passadeiras em frente à escola e a renovação daquele terminal rodoviário que se encontra ali, e que se encontra para ser alterado há variadíssimos anos, sem que

ninguém ainda tenha feito nada de exato em relação àquilo. Dizem que há projeto, mas há projeto há uma série de anos, e assim está.

Nomeadamente em relação às passadeiras, trago aqui de novo um pedido – conforme referido, penso que até em reunião com a Helena – que precisamos de uma passadeira nova em frente da saída da piscina para as escadas, as novas escadas que estão na traseira da Igreja de S. Francisco Xavier, e que isso não é competência da Junta de Freguesia, porque é uma passadeira nova, terá que ser a Câmara. Mas, no entanto, venho novamente reiterar e pedir os vossos bons ofícios para junto da Câmara se apressarem a instalar ali uma passadeira, que devia estar prevista logo ao início, no caso das escadas novas.

E por último, e porque é um assunto que diz respeito à escola do Agrupamento, à Escola Sede, neste momento dou a informação, para a qual a Junta não tem competência, mas penso que é útil que assim seja: como sabem, no ano passado conseguiu-se com a DGEstE – em reuniões diversas com a Junta, a Associação de Pais, a Direção da Escola – o compromisso de realizar obras na escola. As obras, que não podiam ser realizadas todas as que eram necessárias, foi feito um acordo para serem repartidas por três anos, faseadas em três anos, com um investimento a rondar os quatrocentos mil euros (400.000€) em cada ano. E portanto, este ano esperávamos que elas continuassem. Foram realmente feitas no ano passado, tal como estava previsto no cronograma, foi-nos referido em outubro deste ano, na reunião onde esta comissão que está aqui, de trabalho, esteve também presente, que iriam continuar este ano. No entanto, recebemos a informação de que este ano não há obras para realizar na Escola Secundária do Restelo. Infelizmente, é essa a má notícia que venho trazer aqui hoje, que foi confirmada há pouco em reunião com o Diretor do Agrupamento, que a verba está disponível na DGEstE, será realocada para outra intervenção, e portanto, digamos que a maior probabilidade é que não haja essa verba para fazer obras na Secundária do Restelo. Eventualmente, parece que poderá haver alguma hipótese de uma parte da verba poder ser realmente adstrita a isto, mas prometeram-nos o bolo, e agora querem dar-nos uma mera fatia. Apesar de não ser da competência da Junta, deixo aqui a informação, e a Associação de Pais vai tentar, junto de várias instâncias, que, de facto, haja aqui um retrocesso e haja um voltar ao compromisso que foi assumido, depois de trinta anos sem obras.

Obrigada pela vossa atenção.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Ainda sobre as escolas? Faça favor.

Lúcio Studer (Município): Boa noite. O meu nome é Lúcio Studer, sou Presidente da Associação de Pais do Bairro do Restelo.

Muitos assuntos já foram abordados, temos partilhado a preocupação, e acho que nesse sentido, estamos muito unidos. Obrigado pelo relatório, foi excelente. A Junta tem-nos sempre acolhido, e agradecemos também, nas várias interpelações que temos vindo a fazer. No entanto, gostava ainda de falar sobre algumas preocupações que temos.

Em relação ao relatório, gostava que fosse um ponto de partida, e de facto, se identificasse um plano de ação e execução depois.

Em relação às obras, gostava de partilhar que estavam previstos quinze meses de obras, e que fomos informados no mês passado, que passados dez meses, foram executados dez por cento (10%) da obra. Ou seja, em dez meses, dez por cento (10%); são quinze meses planeados. Ou seja, estamos bastante preocupados, e gostávamos de os interpelar para nos ajudarem a interceder junto da Câmara, de forma a conseguirmos dar um maior passo, sobretudo na segunda fase, que vai arrancar no ano que vem, poderá ser complicada a logística, porque é a única escola do Agrupamento onde estão a decorrer obras e atividade letiva ao mesmo tempo, o que é bastante complicado.

Estamos muito contentes com os professores, com as auxiliares, a escola funciona bem. Nesse sentido, estamos muito satisfeitos.

Em relação às AEC's, estamos a falar de problemas de recursos humanos, numa Junta de Freguesia tão rica, com tantas pessoas, com grande valor. É verdade que estamos em Lisboa, qualquer professor que não tenha um trabalho, pega no Tuc-Tuc e num dia ganha o mesmo que ganha num mês a dar AEC's. Por isso, temos que, de facto, ser mais competitivos na forma como estamos a angariar recursos, e acho que devíamos usar o *Facebook*, como já está a ser usado, mas também o Boletim mensal – por que não? – para ajudar também. Eu hoje tentei aceder através do formulário *online*, inscrever-me, e é super complicado. Ou seja, também agilizar o processo de inscrição, que acho que é complicado. E nesse sentido, garantir que para o ano, temos um melhor arranque, porque já foi referido que arrancou muito mal o ano, agora está a correr bem, faltam alguns professores, mas está a correr bem, pelo menos no Bairro do Restelo temos tido *feedback* de que está a correr bem. Mas, é importante que o arranque do ano corra bem, e nesse sentido, temos que garantir que seja anunciado mais cedo. Os horários são sempre os mesmos, e por isso não há problema, acho que se pode lançar o concurso mais cedo. Podemos também tentar ser mais imaginativos, já falámos nessa questão, de professores reformados, por exemplo, ou mesmo voluntários, ou pessoas de valor aqui da Junta, que poderiam dinamizar uma atividade cultural mensalmente, inserida nas AEC's nestes horários, que fosse oferecida aos alunos. Lá está, há várias soluções, e acho que, no fundo, é permanecermos ligados e em diálogo para realmente resolvermos estas questões.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Escolas, mais ninguém? Vou, então, dar a palavra àquela senhora, que tinha levantado o braço há bocado, mas que como era outro assunto, acabou por ficar para o final.

Maria Dolores Santos (Munícipe): Boa noite. Maria Dolores Santos.

O meu caso é o seguinte: em tempos, houve uma feira em Belém, e eu tive lá uma participação. Quando a feira acabou, fui informada pela Câmara Municipal que assim que houvesse qualquer coisa em Belém, eu seria a primeira pessoa.

Acontece que, a dada altura, montaram-se dois quiosques: um que é em frente aos pastéis de Belém, e um que é em frente à Presidência. E portanto, eu não fui para o n.º 1, que tinha artesanato, mas fui realmente para em frente ao Presidente. Ali não havia turistas, aquilo funcionou mal, até com muitas reuniões na Câmara, mas não passava da secretária do Presidente, não conseguia resolver que me alugassem um quiosque e que fizessem qualquer coisa. Houve falta de vontade.

A dada altura, a Câmara mandou-me sair de lá, porque realmente, como aquilo não dava, não estávamos sempre lá, não tínhamos hipótese de estar ali, ou de pagar a alguém para estar ali. Então, o meu quiosque foi oferecido à Junta de Freguesia. Foi oferecido, o quiosque custou-me dois mil contos, e eu ofereci gratuitamente à Junta de Freguesia. Acontece que a Junta, na altura, ainda teve lá umas coisas do Belenenses, primeiro teve artesanato, depois deixou de ter artesanato e teve umas coisas do Belenenses, e agora tem, já há uns anos a esta parte, um café, uma coisa qualquer com cadeiras, com chapéus. Nós, de artesanato, não podíamos pôr nada cá fora, agora tem essas coisas todas. E não só isto, mas, entretanto, toda Belém está a ser invadida por licenças, toda a gente tem licenças, toda a gente vende em Belém, e nunca ninguém se lembrou de nós.

Portanto, o meu assunto é este. Tenho aqui alguns documentos, se for preciso.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Ficou clara a sua exposição. Talvez entregá-los aos representantes da Junta, ao Executivo, pode ser que esteja em condições de lhe dar uma explicação hoje, senão ficará para outra altura.

Eu sugeria o seguinte, se estivessem de acordo, e sem prejuízo do exercício da palavra pelos diferentes Grupos, dar talvez a palavra aos Grupos que integraram o grupo de trabalho, por ordem de dimensão dos Grupos, para uma conclusão final dos membros do grupo de trabalho sobre esta questão da educação, e até para responder, se assim quiserem, a várias das interpelações que vieram do público, designadamente dos representantes das Associações de Pais. E daria a palavra, por ordem de representatividade, às diversas forças aqui presentes, e depois, obviamente, para encerrar, ao Executivo, pelas questões que lhe foram dirigidas, que só o Executivo poderá obviamente responder por elas.

Assim sendo, começaria pelo Grupo do PSD, Maria Antónia Santos.

Maria Antónia Santos (PSD): Boa noite.

Nós, na última reunião que tivemos deste grupo, decidimos fazer uma nova ronda pelas várias escolas, e vamos incluir a sua, que não nos chegou, obviamente, não sabíamos, desconhecíamos, senão tínhamos ido, como fomos às outras todas. Tentamos fazer aqui um bocadinho esta ponte e ajudar-nos a todos. Sabemos que não é fácil, porque a maior parte das coisas também não partem da Junta, mas penso que foi da maior utilidade para todos. Tivemos que disponibilizar do nosso tempo para tentar encontrar aqui algumas soluções, e tivemos imenso gosto em fazer parte desta comissão e elaborar este relatório. E este trabalho vai continuar, não acabou aqui.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Partido Socialista.

Pedro Rodrigues (PS): Bom, também para concordar com a Antónia, que também da nossa parte foi um gosto participar nesta comissão, que foi, no nosso entender, não só ser uma forma de agilizar, como aqui foi referido, mas também de ter um conhecimento mais aprofundado da realidade da nossa freguesia, na componente da educação. Foi muito importante para nós termos esse sentido de perceção real daquilo que eram os problemas reais, junto das associações, junto da comunidade educativa. E portanto, dizer que estamos completamente disponíveis para continuar a trabalhar dentro dos moldes que foram delineados por esta Assembleia de Freguesia.

E dizer que o colega do Partido Comunista é muito bem-vindo, se ele quiser participar e ajudar até nalguns pontos que considere também pertinentes, será sempre muito bem-vindo, na certeza, porém, de que se não quiser participar, nós continuaremos a fazer o nosso trabalho. Penso que é em prol da freguesia, em prol dos pais, dos nossos filhos, e também, obviamente, de um papel de que eu acho que nós não nos podemos despir, nessa componente interventiva, não sendo, é certo, Executivo, e não sendo, é certo, um órgão – somos parte de um órgão que é um órgão de fiscalização, e não é um órgão executivo. Mas, penso que é uma comissão que tendo um papel, além de ajudar, de interagir, no fundo criar estas relações que possam remover nomeadamente alguma falha de comunicação que exista, penso até que será um bom modelo para outras áreas que não a educação, que possam surgir no futuro, também no seio destes grupos parlamentares da Assembleia de Freguesia.

Mas, foi com gosto, e será com gosto que trabalharemos na continuidade deste trabalho.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. CDS-PP.

Judite Fragoso (CDS-PP): Mais uma vez, boa noite.

Eu reitero aqui as palavras da Antónia e do Pedro, foi com todo o gosto que colaborei, e continuarei a colaborar nesta comissão, que foi efetivamente proposta em Assembleia e aprovada, e que toda a sua dinamização contou com a sensibilidade de quem estava. E sempre numa posição de integração, o seu colega da CDU continuou a fazer parte da nossa lista de *e-mail* e do nosso grupo de *WhatsApp*. E portanto, a todo o momento que queira integrar e juntar-se a nós, nós teremos todo o gosto, porque nós entendemos que todas as sensibilidades são importantes, e portanto, sempre servirá para o melhor da nossa freguesia.

Queria agradecer também o depoimento dos pais e de alguns Diretores de escolas. Às vezes sentia, ou os pais diziam: “Já falámos com tantas pessoas, agora vêm

mais estas pessoas. Será que isto vai resolver alguma coisa?” É verdade que nós também gostávamos de ver os *timings* definidos, para vinte e quatro horas a três dias, nós também nos confrontámos um bocadinho com esta dificuldade, porque isto para nós é tão óbvio, por que é que a coisa não anda, por que é que não flui. Mas, queria agradecer mesmo, de coração, o vosso acolhimento, e dizer que da nossa parte podem contar connosco, e em breve voltaremos a visitar-vos.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Tem a palavra a CDU.

Josué Caldeira (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu sou residente nesta freguesia, sou pai de uma filha que é estudante na Escola Secundária do Restelo, e portanto, nada daquilo que ouvi – sem querer ser arrogante, mas nada daquilo que ouvi me é estranho, nem nada daquilo que ouvi é de um outro planeta. O meu problema não é com este lado da sala; o meu problema é com este lado da sala, e é um problema institucional e político. Continuo a dizer que a democracia funciona com órgãos, e os órgãos têm regras para funcionar, e têm responsabilidades específicas para funcionar. Aliás, o resultado desta reunião é muito evidente do bloqueio a que este processo nos conduz. O que é que nós fazemos com toda esta informação? Eu dou uma sugestão – não sei se o posso fazer, Sr. Presidente, mas se calhar tomaria a forma de proposta para a Junta de Freguesia. Era uma proposta que eu fazia aqui à Assembleia de Freguesia, para remeter para a Junta de Freguesia, que era: eu volto a dizer, o relatório que está feito tem elementos valiosos de diagnóstico; e agora, o que faremos nós com este relatório? O que é que faremos? Vamos estar à espera que aconteça novamente o que foi aqui relatado, que daqui a dez meses só dez por cento (10%) das nossas medidas é que vão ser executadas? Meus caros senhores, o funcionamento destes órgãos, eu acho que a consequência daquilo que nós ouvimos, a consequência, para mim lógica, daquilo que nós ouvimos, é fazermos uma recomendação à Junta de Freguesia, e com base nos resultados do relatório que foi produzido, naquilo que pode contribuir, com base nos resultados desta audição, que apresentem na próxima Assembleia de Freguesia um plano de ação, com uma programação das atividades que considerem poder dar resposta ao levantamento que foi efetuado. Faço esta proposta, a Junta de Freguesia tem um manancial de informação absolutamente valioso, e o passo lógico é este, as regras são estas, e eu faço esta proposta. A Junta de Freguesia, com base nesta informação, com o apoio e com a colaboração da Assembleia de Freguesia, que elabore um documento com um plano de ação para responder a estes problemas que foram aqui identificados.

E eu dou um outro passo: é que é possível – sem querer, obviamente, exigir que a Junta de Freguesia intervenção em medidas onde a Junta de Freguesia não tem competência, mas se calhar é possível identificar áreas onde o diálogo interinstitucional e intergovernamental, digamos assim, entre o Governo Local e Governo Central, identificar áreas onde o trabalho interinstitucional possa ser valioso para resolver problemas de investimento e problemas de solução do parque escolar desta freguesia.

Estes dois pontos, um plano de ação para responder a estas necessidades, e uma lista de trabalho institucional para dar resposta a estas necessidades.

E portanto, eu volto a dizer, e relativamente à deliberação sobre a comissão, Sr. Presidente, eu reafirmo o que disse: tenho sérias dúvidas, sérias dúvidas da adequação daquela formulação de objetivos, no exercício de uma comissão deste tipo, no quadro da Assembleia de Freguesia. Iremos averiguar isto, e certamente faremos propostas no sentido de realinhar – porque não está em causa a existência de uma comissão de trabalho da Assembleia de Freguesia, não está isso em causa; está em causa, sim, no quadro das regras, no quadro daquilo que é possível, estabelecer um mecanismo que seja ajustado ao funcionamento destes órgãos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Teresa Almeida, do Partido Socialista.

Teresa Almeida (PS): Muito boa noite à Mesa, ao Executivo, a todos os presentes, e aqui aos colegas das diferentes Bancadas.

Obviamente que faltava dar voz também aos Partidos que estão aqui representados na Assembleia, e que de certa maneira, o Partido Comunista, por não ter feito parte do grupo de trabalho, já assumiu aqui uma posição política, que eu penso que, com toda a legitimidade, é o sítio adequado para a assumir. Independentemente de questões, que eu penso que algumas delas nos devem fazer refletir, daquilo que foi aqui dito, eu queria dizer que a iniciativa, do meu ponto de vista, foi excelente, foi muito bom que se tivesse tomado esta resolução, foi muito bom que se tivesse feito este grupo de trabalho, e foi muito bom que pudéssemos ter toda oportunidade de termos uma sessão como a de hoje para podermos debater, para podermos ouvir, e para podermos também aqui ter a presença de um público muito especial, um público que está interessado em resolver problemas que lhe dizem diretamente respeito, como pais ou como encarregados de educação, e também como interessados em que a freguesia funcione melhor – aqui foram feitas muitas referências, porque houve a vontade de saber como é que outras freguesias também estavam a trabalhar. E portanto, todo este levantamento é essencial, porque penso que todos querem fazer o melhor, e não duvido também de que este Executivo queira fazer o melhor, mas pode aprender muitas vezes com exemplos que estão a ser feitos. E portanto, dentro de uma perspetiva positiva, eu francamente louvo o trabalho e a iniciativa, e recomendaria que ela continuasse – não preciso de o fazer, uma vez que já foi anunciada por todos a vontade de o fazer.

Por outro lado, eu penso que as questões institucionais devem ser assumidas e resolvidas por quem de direito, e obviamente que isso nos trará vários níveis de responsabilidade: da Administração Central, ao nível das escolas secundárias – e que também no relatório é dito que houve algumas assunções de responsabilidade, que depois porventura não vieram a ser refletidas, mas é agora o momento de se pressionar para que elas existam – há questões que são da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, e que também tem que continuar a sofrer as pressões necessárias para que as resolvam, mas há aqui outras questões que foram levantadas, e que são da competência da Junta de Freguesia. E portanto, este é o

local ideal para que estas questões sejam levantadas, e que haja oportunidade. E muitas vezes os pais, com certeza ainda hoje sentem estas dificuldades, mas que não havendo uma iniciativa temática para apresentar estas questões, não se mobilizariam para aqui vir, de uma forma isolada, e de certa maneira não acreditando muito que com alguma intervenção pontual pudessem vir a ter a resolução dos seus problemas. Eu penso que também esta oportunidade de os pais, de uma forma mais global, aqui estarem presentes, e de nós, como Assembleia de Freguesia, podermos tomar conhecimento dos problemas que existem, e de o órgão Junta de Freguesia aqui poder também ouvir, e poder melhorar, e poder corresponder, não só ao período atual, mas também aqui muitas vezes foi referido o que é que se está a fazer para que no próximo ano letivo todos estes problemas – ou a grande maioria destes problemas – possam funcionar melhor, eu penso que isto interessa a todos, motiva a todos, e portanto, só posso dizer que foi muito bom que este momento possa ter acontecido.

Obviamente que eu acho que há um relatório que deve terminar em conclusões, nós próprios, Partido Socialista, na próxima Assembleia de Freguesia, porventura também traremos aqui aquilo que achamos que podem ser conclusões ou recomendações, mas os outros Partidos, ou a própria Junta o fará, com certeza, que não lhe é indiferente aquilo que aqui está a ser transmitido.

Falta aqui um elemento importantíssimo, porventura, que são os professores e os responsáveis das escolas. Toda esta reunião teria outro interesse se eles também aqui tivessem estado hoje, que são peças essenciais à resolução dos problemas, e também saíam daqui muito mais sensibilizados para que no seu dia a dia tivessem mais atenção às crianças, àquelas referências várias que foram feitas, que parece que andam ali perdidos nas escolas, os miúdos não sabem onde é que são as aulas, quem é quem. E portanto, se essa comunidade também aqui hoje tivesse estado presente, também sairia mais rica, e com certeza funcionaria melhor a partir do dia de amanhã, e também para o futuro.

Portanto, é a nossa conclusão, do Partido Socialista. Estamos contentes, estamos disponíveis para continuar a integrar o trabalho dentro destes grupos – aliás, no âmbito também daquilo que ficou por dizer da última Assembleia de Freguesia, a propósito do Plano de Atividades, nós permitimos que o Plano de Atividades tivesse sido votado, mas com a recomendação que, a nível da Junta de Freguesia, a Oposição pudesse ser recebida para trazer os seus contributos, essas reuniões aconteceram, e sei que o Partido Comunista foi a seguir a nós, presenciamos a troca de cadeiras. E é esse documento que eu pensaria hoje que teríamos também aqui para discutir, mas ou porque o Sr. Presidente da Junta não está, ou porque também será com certeza discutido na próxima Assembleia de Freguesia, mas nós propomos a constituição de mais dois grupos de trabalho, porque entendemos que é uma forma muito positiva de trabalhar. Este é um bom exemplo, mas gostaríamos que também outros temas – que diremos, então, numa próxima Assembleia – que também pudessem ter aqui capacidade de ser debatidos e trabalhados, para melhor podermos servir a freguesia.

Era isto que queria dizer. Obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Teresa Almeida.

Só uma brevíssima nota, até porque alguém levantou essa questão há pouco, aliás, um dos membros do público e representantes das Associações de Pais, dizer que este relatório está pronto já há algum tempo; foi preciso foi encontrar a Assembleia e a possibilidade de agenda, logo à partida do Sr. Presidente, minha, para podermos marcar, porque tivemos outras Assembleias que eram mais urgentes, e podíamos já, pelo menos há dois, três meses, se calhar ter procedido a esta discussão. Mas, foi possível agora.

E dizer só mais uma coisa: é que esta Assembleia foi extraordinária porque estávamos, de facto, em atraso com esta discussão, mas teremos uma muito em breve, porque a Assembleia Ordinária será muito em breve, e aí haverá oportunidade. E dizer também ao representante da CDU que obviamente que as propostas que aqui fez terão que ser agendadas, terão que ser formalizadas por escrito, como é evidente, e agendadas para essa reunião, uma vez que não constam da ordem de trabalhos de hoje, mas serão obviamente incluídas na ordem de trabalhos da próxima reunião.

Dar a palavra, para finalizar este ponto da ordem de trabalhos, e antes da votação do relatório, a Matos Rosa, em nome do PSD.

José Matos Rosa (PSD): Em nome do Grupo do PSD, nós congratulamo-nos, porque se há Poder Local de proximidade, é isto que se viveu aqui hoje. E isso deixa-nos a nós, que fazemos política no dia a dia, que neste caso estamos próximos daqueles que habitam nesta Freguesia de Belém, deixa-nos uma satisfação muito grande, porque vimos aqui hoje a apresentação de um relatório que é de uma maioria esmagadora dos elementos desta Assembleia de Freguesia, que despiram as suas vestes partidárias e quiseram trabalhar em prol daquilo que são os interesses dos jovens, da educação, neste caso que estamos aqui a tratar. E esta ligação que houve entre todos aqueles que são os interessados, os pais – faltaram aqui os professores – as Associações de Pais, todos aqueles que se interessam pela educação na freguesia, desde as instalações à forma como decorrem as aulas, todo um vasto leque de assuntos ligados à educação foram aqui discutidos hoje, não só pelo relatório que foi apresentado, e bem, por três Partidos, dos quatro que compõem esta Assembleia de Freguesia, e que se despiram – e isto é que quero fixar bem – que se despiram das vestes partidárias, e que conjuntamente com todos aqueles que no dia a dia – eu, neste momento, não tenho filhos aqui na escola, mas já tive, e também sofri desse problema, e também ia a muitas reuniões lá em cima, na Escola Secundária do Restelo. Mas, a questão é que é isto que é importante, os passos que é necessário dar, não conseguimos de certeza – nem nós, que somos um órgão deliberativo, nem as Associações de Pais, nem os pais, nem a Junta de Freguesia, até porque há aqui patamares de responsabilidade, mas cada um terá as suas responsabilidades, e todos lutaremos, cada um com as suas armas, para ajudar a resolver todos os problemas que são colocados. E acho que, como dizia aqui um dos pais, que este seja o princípio, e não um fim, ou um meio. E eu acho que é um bom princípio, estamos a funcionar bem. E eu quero dizer, Sr. Presidente, a todos aqueles que estão aqui conosco, que ao contrário do que o nosso amigo da CDU, nosso companheiro aqui de

Assembleia, disse, o problema não é deste lado; o problema é desta sala aqui toda, porque todos temos que ter consciência e definir as nossas responsabilidades: nós, como autarcas da Assembleia de Freguesia, o Executivo, como aqueles que executam aquilo que são as deliberações, e os pais.

E portanto, queria dar-vos os parabéns, tanto a vós que estiveram aqui hoje, expressaram a vossa opinião, é importantíssimo, isto é o Poder Local de proximidade, e também àqueles que, no fundo, participaram neste trabalho, que quero dizer também que não são profissionais, são pessoas que têm os seus empregos, têm também os seus filhos, e que de uma forma abnegada quiseram fazer este bom trabalho para podermos ter hoje estas conclusões, que vão ser de certeza beneficiadas com todas as sugestões que foram aqui dadas hoje, com as atualizações que foram aqui trazidas hoje, com notícias e informações do dia, de há poucas horas, e por isso é importante este trabalho. E mais uma vez quero dizer-vos que se há coisa que é importante para nós, que andamos na política – e eu e o Sr. Presidente acabámos uma reunião há pouco, quando chegámos aqui eram nove horas, tínhamos acabado uma reunião às oito da noite, que não tinha sido fácil, mas para nós é isso que é importante, e é isto que nos deixa uma grande satisfação, de podermos colaborar, ajudar. E para o PSD, fazer este trabalho, e por isso também à nossa representante, e a todos os representantes, dou os parabéns pelo excelente trabalho que fizeram. E dizer que não queremos fazer um caso desta situação; contamos consigo, contamos com a CDU, contamos com o PCP, para fazermos este trabalho, também como já foi referido pelo Partido Socialista. Deixe-me só fazer uma provocação: o senhor faz parte da “geringonça”, fale lá com o seu Partido para podermos resolver os problemas a nível do Governo.

Era só isto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Mais alguma intervenção? Julgo que não. Passo a palavra, então, ao Executivo, para encerrar este debate.

João Carvalhosa (Vogal): Boa noite. João Carvalhosa.

Para já, o Sr. Presidente, julgo que terá explicado por que é que teve que sair, tem uma intervenção cirúrgica amanhã de manhã. Queria saudar o público, e a quantidade de público que veio hoje, e convidar a que venham às próximas também, não só a esta específica da educação, em abril vai haver outra, como o Sr. Presidente disse, e portanto, estão desde já convidados.

A Dra. Helena Lencastre, que é quem tem, como sabem, o pelouro da educação, depois fará aqui a conclusão, mais aos pormenores, mas eu queria só deixar aqui duas ou três notas mais generalistas.

A primeira é que alguns de nós já somos autarcas aqui há muito tempo, e já temos alguma experiência de como é que estas coisas funcionam, em termos de gestão da Junta, da Câmara, etc. E de uma coisa eu não tenho qualquer dúvida: é que muitas das coisas que foram aqui faladas e levantadas pelos pais, e que estão identificadas no relatório, só são possíveis de se conseguir alterar se a comunidade educativa toda se mexer para isso. Há aqui muitas coisas que os pais falaram que

nós andamos há anos a batalhar; há coisas que estão identificadas no relatório que andamos há anos a batalhar. Muitas vezes andamos sozinhos, outras vezes acompanhados pelos pais, e isto é mesmo assim, isto só vai lá, algumas alterações destas, com todos no mesmo barco. E é pena, de facto – e isso é sintomático também – que o Agrupamento de Escolas não tenha vindo à Assembleia de Freguesia debater um tema sobre as escolas. E este, se calhar, é um problema.

E eu dou-vos um exemplo muito simples, de uma das coisas que nós temos batalhado ao longo dos anos, e que foi falado aqui logo na primeira intervenção, que é a duração das AEC's. É óbvio a toda a gente de bom senso que ter uma hora de AEC's por dia não funciona; mas isto é óbvio. O haver, como foi dito, que noutros Agrupamentos fazem mais horas, concentram as horas das AEC's, isso já foi uma proposta da Junta de Freguesia há anos ao Agrupamento de Escolas, e todos os anos nós retomamos a proposta, dizendo que isto não está a funcionar, vamos alterar, porque nós vamos que não é possível contratar professores para virem dar uma hora, a ganhar uma miséria. Não é possível. E portanto, as dificuldades, de facto, de colocação dos professores têm, na maior parte das vezes, a ver com este assunto muito específico. Bastava a escola aceitar esta proposta que nós andamos a fazer há anos para, hoje em dia, muitos dos problemas das AEC's serem diferentes, ou pelo menos estes problemas da questão das colocações dos professores.

Portanto, isto é para demonstrar que nós todos temos que estar unidos nesta pressão que se tem que fazer, por exemplo, neste caso, junto do Agrupamento. Há outras coisas em que nem com a nossa pressão lá vai. Por exemplo, nós este ano propusemos fazer, exatamente para cativar mais professores, para termos mais tempo, propusemos ao Ministério da Educação fazer mais horas de AEC's, aliás, saindo do “bolso” da Junta de Freguesia – perdoem-me a expressão – e o Ministério da Educação recusou, disse: “Vocês não podem fazer isso.” E nós: “Mas, nós pagamos, não é com o vosso dinheiro.” “Não, não podem.” Portanto, o que está na Lei é que isto é uma hora, é uma hora por dia e acabou, não podemos fazer isso. E daí o concurso no início do ano se ter atrasado, voltou para trás porque não nos deixaram fazer como nós queríamos fazer, para tentar solucionar alguns destes problemas.

E portanto, o meu ponto aqui principal é que nós todos sabemos os problemas, e só com a vossa pressão, dos pais, para resolver muitos dos problemas que existem na escola, e junto connosco, com a Assembleia, com todos, é que conseguimos alterar, de facto, estas coisas.

Há um segundo ponto em que eu gostava de pedir também a vossa compreensão para estas questões, que eu percebo que, se calhar, não terei muita sorte, mas agora aqui uma questão sobre a parte da gestão da Junta de Freguesia, porque é muito fácil – e eu também sou pai de crianças de escola, que estão nas escolas da freguesia, as crianças estão nas nossas escolas, e para mim, como pai, também é muito fácil, ou seria muito fácil chegar e dizer: “Os senhores têm a obrigação de fazer isto e aquilo, porque os senhores são da Junta, e se os outros não fazem, façam vocês.” E eu sei que isto é muito fácil de dizer. Para quem está deste lado, depois não é fácil de gerir, porque, naturalmente, não tem só as escolas para tratar,

tem uma freguesia inteira para tratar, que é gigante, com um Orçamento, que se vocês se derem ao trabalho de ir ler no auto, em 2013, no auto de competências que foram passadas para a Junta, é um Orçamento em que a Câmara admite à partida, em 2013 – reparem, estamos em 2019 – que o Orçamento que fez para o bolo da Junta é deficitário em trezentos mil euros (300.000€), já naquela altura – admitem isto: “Nós deliberámos um Orçamento que a Junta tem, de quatro milhões e não sei quantos mil euros, e sabemos que este Orçamento é deficitário em trezentos mil euros (300.000€), perante aquilo que nós vos estamos a pedir que façam.” Portanto, naturalmente, quando nos pedem para fazer uma série de intervenções que não são da competência da Junta, nós temos que gerir isto, e não conseguimos ir a todas, pura e simplesmente.

Para dar também um exemplo muito simples, de uma coisa que vem hoje a esta Assembleia de Freguesia, que não é da educação, mas que é da higiene urbana, por exemplo, vem um reforço de verba da higiene urbana de cem mil euros (100.000€) para uma coisa muito específica que é limpar à volta dos ecopontos, o que está sujo à volta dos ecopontos, dos resíduos que as pessoas depositam. Esta é uma questão que, cá está, desde 2013 se vinha a debater, e a Câmara sabia que era uma competência da Câmara, e havia muitas pessoas que diziam: “Mas, por que é que vocês não põem lá gente a fazer isto? Por que é que não mandam lá os homens?” A resposta está hoje aqui, é porque isto representa, segundo a estimativa da Câmara, cem mil euros (100.000€) anuais – cem mil euros (100.000€) anuais.

Portanto, nós temos acudido a muitas coisas que não são competência da Junta, mesmo nas escolas. Claro que poderemos sempre dizer, e novamente, cada um de nós pode dizer aqui: “Mas, as escolas são importantes, as crianças são importantes, a segurança é importante.” Ninguém põe isso em questão. A questão é que, de facto, o bolo é limitado e o bolo é finito. E nós temos também aqui este papel de dizer às entidades, à Câmara, à DGEstE, ao setor do Ministério da Educação: “Vocês têm que cumprir o vosso papel.” E aqui, precisamos muito do apoio dos pais, porque nem todo o dinheiro que a Junta pudesse pôr iria resolver os problemas da educação na freguesia. Já falamos nisso há muito tempo, a questão do pavilhão da Escola Secundária do Restelo, é muito simples, a única entidade que tem dinheiro para fazer um pavilhão na Escola Secundária do Restelo é a DGEstE, ou a Câmara – que, aliás, devo dizer que a própria Câmara já disse à DGEstE: “Digam lá quanto dinheiro é que vocês têm, que nós pomos o resto.” A própria Câmara já disse isto, e a DGEstE não responde, não diz a verba que tem disponível, nem sequer isto.

Portanto, só para voltar ao início do que eu disse, há aí muita coisa para fazer, está identificada, nós também sabemos disso, há obviamente coisas que podem ser melhoradas – e a Dra. Helena com certeza dará conta delas. E o meu apelo, enquanto representante da Junta, é que haja esta maior articulação entre os pais e nós, para que nós consigamos todos pressionar também outros para conseguirmos que quem tem que fazer o seu papel, também o faça. E a Junta vai fazendo muitas coisas – e continuará a fazê-lo, com certeza, porque tem que acudir a algumas coisas – continuará a fazer aquilo que deve, e um bocado mais além do que aquilo que deve.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Dra. Helena Lencastre, se faz favor.

Helena Lencastre (Vogal): Boa noite, de novo.

Muito obrigada pela vossa participação, pelas vossas ideias. Houve aqui um pouco de tudo: sugestões, muita consulta também, muita ajuda. E eu vou tentar aqui fazer um pequeno esclarecimento e resumo.

Começando, vou pegar nas AEC's, e em tudo o que é das AEC's, e o que cada pai e Associação quis trazer aqui. Realmente, o horário, como o João já falou, todos sabemos que o horário obrigatório é de uma hora por dia, cinco horas semanais no primeiro e segundo ano, três horas semanais no terceiro e quarto ano. Nós, ao longo destes cinco anos, já fizemos várias propostas e vários pedidos de alteração de horário ao Agrupamento. Não foi possível mudar, e ultimamente o próprio Ministério não aconselha. Portanto, isto vai ser muito difícil, conseguirmos mudar, mas acho que com a vossa ajuda – eu não tenho tido tantas reuniões com o Agrupamento como vocês têm tido, acho que todos os meses as Associações de Pais conseguem estar lá, eu também tenho tido algumas, mas não tenho tido as mesmas. Não tenho estado lá, não sei bem em que ponto é que está, mas é esta a situação.

O horário que conseguimos, das quatro às cinco, foi o horário que teve que ser; não é bom nem mau, é o que há. Foi muito complicado. E portanto, aqueles exemplos que nos trouxeram – e muito obrigada pelos exemplos que nos trouxeram – de outros sítios, não funcionam aqui, porque não conseguimos funcionar noutra hora. Era ótimo que tivéssemos três professores, e que esses três professores fossem mudando de escola e de turma ao longo do ano, ao longo do dia, e assim completassem o horário de cada AEC, e não precisássemos de contratar vinte e três – que neste caso já tenho vinte e cinco, porque alguns só podem vir duas horas, e eu não disse que não. Portanto, tenho professores a dar duas horas, era a disponibilidade que tinham, e eu não tinha professores. E portanto, dos vinte e cinco que tenho – que faltam dois ainda, para completar o leque – este horário, não consigo mudar, podemos tentar novamente, vamos reforçar, todos os anos temos reforçado, mas realmente a grande dificuldade é o horário.

Não digo que estou feliz, mas congratulo-me com os professores que tenho nas AEC's. Há casos como a Ana Valente nos contou, ou como alguns dos outros pais também trouxeram, de algumas dificuldades que há com os professores, alguns professores que chegam e estão desorientados, acontece. Eu não vou dizer que isto não acontece; acontece, faz parte do trabalho, faz parte do que é o trabalho do dia a dia, infelizmente acontece. Nós temos coordenadores diários nas escolas, às vezes no Bairro, ou noutra sítio qualquer, pode faltar – uns vão em formação, outros têm problemas de saúde, com crianças, com filhos, ou dos próprios, e portanto, às vezes acontece que um professor está a entrar e não está lá o coordenador, vai sempre custar mais um bocadinho, quem está em funções vai ajudar na integração, mas acontece. Eu não vou dizer que isto não acontece, sobretudo os exemplos que deu.

Os materiais, eu tenho lá; acontece, pode o professor não saber, são professores novos, vão lá uma hora. Às vezes, para fazer o contrato, vêm ter connosco para assinar o contrato, às vezes passa-se um ou dois meses, eles não têm mais do que aquela hora. Muitas vezes os contatos entre os professores e o coordenador, ou os professores e o coordenador geral, não é fácil, mas acontecem estes pequenos casos, temos que melhorar, como é lógico.

O livro de ponto é o livro de ponto da turma; as crianças que estão inscritas naquela turma são as crianças daquela sala. Este ano, a turma que está a ter aula é a turma do professor titular; o professor da AEC entra na turma do professor titular. A criança pode ter que sair, mas a oferta do professor que entra é por turma, que constitui o professor titular. Portanto, o livro de ponto é esse. Depois, algumas crianças podem não estar, porque a oferta é obrigatória, mas a frequência não é. Não sei qual é a vossa informação, mas a informação que eu tenho é que os pais podem desistir, as crianças podem desistir, não ir, mas elas pertencem àquela turma, do professor titular. Eu estou a explicar que a criança é inscrita naquela turma titular. O que eu estou a dizer é que o aluno está no livro de ponto; podem não ir. Quem recebe essa informação é o Agrupamento de Escolas, que tem que pôr no livro de ponto a dar informação ao Coordenador da escola. O livro de ponto é da competência do Agrupamento, o Agrupamento é que tem que dar o livro de ponto. O livro de ponto existe na sala, com o professor titular, que passa para o livro e faz os sumários. Os alunos que pertencem a essa turma são os alunos que pertencem a esse livro de ponto. A lista está completa; podem alguns alunos não estar presentes, não quererem frequentar, mas estão naquela turma. Pronto, a identificação de quem está ou quem não está, é o Agrupamento que tem que dizer se o aluno meteu requerimento para não frequentar. Mas, pertence àquela turma, está identificado naquele livro de ponto; pode é não frequentar. Ele está lá identificado. A identificação da frequência é que é diferente. São pormenores de funcionamento, que eu vou aferir.

As atividades do 1.º ciclo na Escola de Caselas em obras, eu não tenho informação nenhuma do que é que se passa com a Escola de Caselas, falou-me que as obras podem estar atrasadas, não tenho essa informação, a Câmara não me deu, o Agrupamento não me deu. Agradeço a informação que me trouxe, vou certificar-me.

Obrigada pelas sugestões de organização que a Ana Valente me traz, iremos analisá-las.

Em relação às AEC's na Manuel Sérgio, o problema da Manuel Sérgio, nós só temos AEC's. A questão das atividades, materiais interativos, o que está combinado com o Agrupamento é nós termos as atividades mais de atividade física, é aquilo que o Agrupamento nos pediu, mais vocacionado para aquele grupo, e é aquilo que nós estamos a fazer. É pouco, mas não temos mais competências, além daquele espaço, no programa daquela escola. E posso tentar, juntamente com o Agrupamento e com o Presidente da Junta da Ajuda, tentarmos perceber o que é que se pode fazer mais, e se podemos colaborar – é uma sensibilidade que eu não tinha, mas também vamos visitar a escola mais tarde, e recebê-los.

Em relação aos concursos serem mais cedo, ser mais criativo, ou pagar melhor, o concurso é lançado mal a DGEstE nos faça chegar a abertura do concurso. Antes disso, nós já preparamos – eu expliquei isto na última reunião que tive com a Associação de Pais – antes disso, nós preparamos com o Agrupamento de Escolas as áreas que vamos abrir, e vai ao Conselho Geral para ser aprovado este documento. Depois, mal sai, nós temos que abrir ??? falamos com o Agrupamento, e o Agrupamento faz a entrega do horário. A entrega de horário parece sempre igual, mas não é, na segunda-feira passada expliquei que demora sempre, a entregar-nos, alguns dias, no início de setembro é que temos. Nós, com essa oferta, fazemos os horários, que também é preciso algum tempo, um ou dois dias, e depois lançamos o concurso. Mais depressa do que isto, é sempre no início de setembro.

A abertura do concurso é através da plataforma do Ministério da Educação, é uma garantia que nós temos. A plataforma é como é, são os três dias abertos, mas é uma segurança, que o Ministério da Educação nos garante a qualificação dos professores. Tem problemas, na semana passada estivemos a falar de alguns problemas que isso nos traz na escolha e na seleção, mas é mais ampla, é mais abrangente e é mais certificada. Portanto, não conseguimos fazer de outra maneira o concurso, vamos tentar agilizar o mais rápido possível, no fim de agosto, princípio de setembro, para no princípio das aulas termos o maior número possível de alunos.

Pagar melhor, ou pagar mais, nós pagamos à tabela, pagamos o subsídio de férias, pagamos o subsídio de natal, pagamos tudo o que temos a pagar, pagamos à tabela do Ministério. É só uma hora de trabalho por dia, e portanto, nunca se pode ganhar numa hora muito mais do que isto. De acordo com a tabela, nós pagamos tudo, tem ADSE, tudo a que tem direito, qualquer professor contratado.

Em relação às AEC's, vou analisar tudo o que me falaram, vou tentar melhorar, e acho que está tudo explicado.

Em relação às CAF's, já tínhamos falado na semana passada da formação de monitores, já tínhamos especificado que é assim, nós temos várias formações ao longo do ano, este ano já tínhamos visto que era preciso também fazer algumas formações, e tínhamos falado nisto. E acho que em relação às CAF's, era só este pormenor, esta orientação e esta sugestão.

Paula Vicente, também queria dizer ao João Pina que, sim senhor, temos tido problemas. Quando nós tivemos a reunião com a DGEstE, a DGEstE disse que estava a fazer o orçamento, e que tinha ido lá, e que ia fazer a obra, e pelos vistos não fez nada. Falou nas infiltrações, falou do muro, falou de várias coisas, que ia fazer orçamentos. Não acompanhei esse assunto, vou tentar.

Em relação aos espaços verdes, explicar que a competência não é nossa, nunca foi, nunca estivemos lá. Há um pedido do Agrupamento para nós fazermos esse papel e esse trabalho. Há um pedido do Agrupamento para nós fazermos isso, e nós ainda não dissemos nem que sim, nem que não; está em estudo no Executivo. Pedimos vários orçamentos, e ainda não tenho resposta a dar sobre os espaços verdes, porque não há nenhuma decisão do Executivo, não vos posso explicar.

A Associação de Pais da Escola Secundária do Restelo, as piscinas, vem hoje mais uma vez aqui um protocolo que nós estamos a fazer para poder ser pago pela DGEstE, que elas estão a usar, e ainda não foi paga nenhuma utilização até hoje, por falta deste documento, que tem que ser ratificado, porque havia pormenores que não passaram na DGEstE, e por isso o Agrupamento pediu para voltar atrás o documento, para ser alterado. E por isso, também não vamos exigir, temos informado a escola do valor que está em dívida, mas nós não temos feito muito mais, porque também sabemos que o documento está aqui para ser aprovado, e neste momento irá ser ratificado.

Vamos fazer força para, como disse o Dr. João, podermos ajudar a escola, como a comissão também está interessada, e nós também. Os espaços verdes, é a mesma situação, nós temos feito algumas intervenções a nível de árvores, de algumas floreiras que temos tido, temos ido lá ajudar.

Em relação à passadeira, vou passar aqui ao João para explicar a questão da passadeira em frente às piscinas e às escadas.

João Carvalhosa (Vogal): Sobre a questão da passadeira, eu devo dizer que quanto nós tivemos a intervenção há dois anos, em que fizemos aquelas sobrelevações em várias passadeiras, e outras intervenções, uma das passadeiras que propusemos foi exatamente a passadeira em frente à Secundária do Restelo, sendo também sobrelevada. Foi-nos dito pela Câmara para não incluirmos no programa, porque a Câmara estava a tratar de um projeto de reordenação de toda aquela área em frente à Secundária, em frente hospital, etc. Por isso, nós não avançámos especificamente com aquela passadeira.

Entretanto, eu já estive, como acho que a Associação de Pais do Restelo também esteve, numa reunião na Câmara onde nos foi apresentado um dos projetos – nós sabemos que há outros projetos de outros departamentos da Câmara, e portanto, eu acho que nós temos que continuar a fazer pressão para que decidam qual é que é o projeto, e executem o projeto de reordenamento de toda aquela zona.

Em relação à passadeira em frente à piscina, é daquelas coisas *sui generis*. Havia um departamento da Câmara que fez a escada, e que tinha previsto a passadeira, começou a executar a escada, que depois não tem saída para baixo – aliás, também falámos nisso na reunião com a Câmara. Depois, veio o Departamento de Tráfego, que disse que aquela passadeira, da forma como estava feita, era perigosa, mas também não propôs nenhuma solução ao outro departamento da Câmara. O outro departamento da Câmara também anda agora com o Departamento de Tráfego, a ver se há soluções para aquilo. Entretanto, já passou, se calhar, um ano, e a solução é tão simples, acho eu, como pôr lá um refúgio ao meio, e pôr uma passadeira de cada lado. Pronto, mas os senhores da Câmara, de departamento para departamento, não se entendem, e é nisto que andamos.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Eu quero só agora, até porque temos uma agenda ainda longa, penso que os outros pontos – espero eu, sinceramente – serão mais breves, mas há um conjunto de matérias ainda para serem votadas hoje, e nós normalmente, nesta Assembleia, temos aquilo que eu instituí e que costumo chamar de “princípio de Cinderela”, que é tentar acabar até à meia noite.

Vou pôr o relatório à aprovação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? O relatório está aprovado por unanimidade.

Queria só, uma vez mais, e antes de passarmos aos pontos seguintes da ordem de trabalhos, deixar uma palavra de agradecimento, obviamente, aos membros do público que aqui vieram e participaram neste debate de forma viva, independentemente das opiniões de cada um ou dos testemunhos de cada um, mais ou menos críticos. Uma palavra de apreço e de agradecimento muito especial aos membros do grupo de trabalho, sublinhando aquilo que aqui já foi dito, que é que os membros do grupo de trabalho, quando fizeram este trabalho e as reuniões, tendo ou não tendo filhos em idade escolar, tendo ou não tendo filhos nas escolas da freguesia, fizeram-no sacrificando tempo das suas vidas profissionais e familiares, porque não há nenhum tipo de remuneração para os membros da Assembleia de Freguesia para fazerem esse mesmo trabalho. Havendo quem se voluntarie e quem se disponibilize, acho que é um bom exemplo cívico de o terem feito, e não terem feito uma reunião, mas terem feito várias reuniões, terem acompanhado e terem feito até as reuniões que são necessárias, sem qualquer tipo de contrapartida financeira por esse trabalho e por esse esforço, por assim dizer, que é um facto, é uma verdade, e talvez ajude a sublinhar essa boa opinião.

Em segundo lugar, dizer também que a Junta de Freguesia merece também uma palavra de apreço, porque nem sempre uma Junta de Freguesia, seja o Sr. Presidente, seja os Srs. Vogais, seja sobretudo a Vogal com a responsabilidade da educação, está disponível para este tipo de escrutínio, para este tipo de debate, e ela própria integrar o grupo de trabalho, com todas as forças políticas, com visões diferentes, umas mais críticas, outras menos, mas estar disponível e aberta a isto.

Como Presidente da Assembleia, dizer-vos que fiquei muito satisfeito, penso que estamos a cumprir, eu falei até deste princípio, por exemplo, com a Dra. Teresa Almeida, que me disse para tentarmos tornar a Assembleia tão participada quanto possível, e envolvida nos problemas da freguesia. Eu acho que foi o que aconteceu aqui hoje. A única coisa em que eu acho que é preciso ter algum cuidado, foi aqui o nosso amigo que, entretanto, teve que abandonar, o representante da CDU, é que não queremos também gerar uma expectativa de que podemos ir além daquilo que é a nossa capacidade e a nossa competência, porque as limitações da Assembleia são algumas, e as limitações da própria Junta também são algumas. Mas, é evidente que quando se faz um relatório, quando se levantam problemas, quando se detetam problemas, e quando se põem esses problemas em cima da mesa, estamos a dar um contributo positivo, e isso é aquilo que nós podemos fazer, e é aquilo que é a nossa competência. De resto, o país tem assistido, até noutras matérias, eu e o Dr. Matos Rosa temos visto noutros assuntos e noutras matérias, que hoje em dia a utilização dos relatórios como forma de levantar problemas, relatórios até independentes em alguns casos, para conhecer os problemas, para

saber, é para isso que eles existem, os relatórios só podem existir para levantar os problemas e para tentar que se encontrem caminhos de solução. Foi muito positivo, na minha opinião, que as forças políticas, sem abdicarem das suas posições, não entrassem aqui num jogo de passa-culpas, ou seja, que uns não dissessem que a culpa é do Governo, outros a dizer que a culpa é da Câmara, e a Câmara a dizer que a culpa é da Junta, e a Junta a dizer que a culpa é do Agrupamento. E portanto, sairmos um bocadinho dessa lógica, para dizer que as questões são estas, os problemas são estes, e vamos confrontar as várias entidades com eles. De resto, até estranhei – e não tenho já, neste momento, resposta possível, e não quero também estar a fazer, eu próprio, uma crítica que não terá resposta, porque, enfim, isto foi talvez, trilhando até um caminho algo inovador, que eu vi de mais próximo do Poder Popular. A crítica, vinda de onde veio, também não deixa de ser surpreendente. Tivemos aqui o efetivo poder da freguesia, da participação dos pais, de quem se quis juntar a nós para discutir. E portanto, estranho aqui esse facto.

A sugestão para que se possa pegar noutros assuntos é também, na minha opinião, bastante positiva, seguramente que pegaremos, teremos que escolher também, porque a capacidade não será ilimitada, mas obviamente que penso que foi satisfatório. Já participei em muitas Assembleias, poucas vezes vi este tipo de proatividade, por assim dizer, da Assembleia, e pelo menos quebra aquela ideia de que há uns que estão de um lado, e outros que estão do outro. Aqui, entre autarcas residentes na freguesia, que somos todos, pais de crianças em idade escolar, que somos muitos de nós aqui presentes, independentemente do lugar onde nos sentamos, e a ideia é tentar ajudar a identificar os problemas e ajudar a que eles sejam resolvidos. Aquilo que eu vos queria dizer é que, obviamente, eu assumirei a responsabilidade, penso que com a colaboração da Junta de Freguesia, de que este relatório seja enviado às entidades todas que possam ter interesse neste mesmo relatório – será enviado para a DGEstE – o relatório é da freguesia, e daí não há necessidade de enviar – será enviado para a DGEstE, será enviado para os responsáveis da Câmara Municipal, será enviado para o próprio Governo, será enviado para o Agrupamento, será enviado para a Comissão de Educação da Assembleia da República – onde de resto já foram discutidas e votadas moções sobre algumas das escolas, designadamente a Secundária do Restelo – e será enviado para cada um dos Grupos Parlamentares, designadamente aos coordenadores da educação de cada um dos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República. Pelo menos teremos o mérito de pôr o assunto em cima da mesa, e em cima daqueles que poderão ajudar a resolvê-lo.

Dito isto, agradecer-vos mais uma vez, e agradecer a vossa presença.

E passar à ordem de trabalhos normal, já esgotámos os Pontos n.º 1 e 8, e vamos agora começar no Ponto n.º 2, Apreciação e votação de duas atas, a ata da sessão, em primeiro lugar, de 29 de maio de 2018.

Teresa Almeida.

Teresa Almeida (PS): Eu não quero demorar, mas como é costume – eu gostaria que não fosse, mas não posso deixar de mais uma vez apelar para que a ata seja feita com uma folha de rosto, que sejam identificadas as presenças dos membros

de cada um dos Partidos, e que aqueles pontos de interrogação que não permitem ter a sequência exata das intervenções, nomeadamente do Sr. Presidente, uma vez que ela é feita na Junta de Freguesia, não custa nada pedir ao Presidente para colmatar os seus pontos de interrogação. Esta situação arrasta-se de ata para ata, e eu mais uma vez recorro também o compromisso do Sr. Presidente de pugnar para que ela tenha uma configuração diferente.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Desde já, dou-lhe toda a razão, e devo dizer que chamei à atenção de quem faz a ata – que não sou eu que a faço. Infelizmente, ainda não se conseguiu aquilo que nós pretendemos nessa matéria, mas enfim, voltarei a chamar à atenção, para que isso aconteça.

Dito isto, penso que estamos em condições de votar a Apreciação e aprovação da ata de 29/05/2018. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Ponto n.º 3, Apreciação e aprovação da ata da sessão de 18/12/2018. Quem vota contra? Quem se abstém? Também aprovada por unanimidade.

Ponto n.º 4, Apreciação e ratificação do Contrato de Delegação de Competências entre a Freguesia de Belém e o Município de Lisboa relativo à Higiene Urbana.

Pergunto se o Executivo nos quer dizer alguma coisa sobre isto. Não? Alguma intervenção? Faça favor, Partido Socialista.

Fernanda Santos (PS): Queria apresentar, apesar da hora tardia, os cumprimentos a todos.

E apesar de já ter sido referida pelo Dr. João Carvalhosa a questão relativa à higiene urbana e à limpeza, relativamente a estes contratos que agora vão estar aqui em cima da mesa, eu gostaria de dizer, relativamente aos mesmos, que se trata, de facto, de uma iniciativa importante, e que vem no seguimento de um problema detetado, não só na Freguesia de Belém, mas a nível de todas as freguesias, e há aqui um grande esforço por parte da autarquia para que haja uma transferência de competências, em articulação com todas as Juntas de Freguesia, mas acima de tudo também o apoio financeiro necessário para que haja um melhor serviço e uma melhor limpeza. E portanto, penso que a partir de agora não haverá mais razão para vermos a nossa freguesia no estado em que a mesma se tem encontrado até ao dia de hoje.

É claro que há uma grande pressão turística, mas também é importante que não sejam só as zonas turísticas que sejam abrangidas por estes serviços, porque aquilo que temos verificado ao longo destes anos é que o lixo está espalhado por toda a freguesia. A pressão turística é, de facto, aqui um argumento fundamental para que haja este reforço, e para que haja uma melhor articulação dos serviços,

mas não é só nas zonas turísticas que este problema se verifica, em especial aqui na nossa freguesia.

Portanto, aquilo que eu também gostava de deixar aqui é que a partir de agora, então, não haverá mais razão, não haverá mais desculpa para que os quatro cantos desta freguesia não estejam devidamente asseados, limpos, como todos os fregueses e todos os turistas que nos visitam merecem.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Dou a palavra ao Sr. Presidente em exercício.

João Carvalhosa (Vogal): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Já agora, aproveitava só aqui para responder, porque não o fizemos anteriormente, à D. Maria Dolores Santos, por causa da questão do quiosque e da feira, questão que eu pessoalmente desconheço. E portanto, vou levar ao Sr. Presidente, que é quem tem a questão dos licenciamentos, e colocar-lhe a questão, e ver qual é o entendimento da Junta sobre isto. Não tenho informação, não sabia disto, mas agradeço.

Respondendo aqui a esta questão da higiene urbana, vamos lá ver, primeira questão: os critérios que foram adotados para a alocação das verbas mereceram a nossa completa discordância, porque foram critérios, na nossa opinião, completamente falaciosos e que visaram beneficiar algumas Juntas de Lisboa, porque quando falamos na questão do turismo e da pressão turística, repare que o critério principal que foi utilizado foi o número de hostels, ou o número de camas em hostels, da cidade. E quando nós dissemos à Câmara: “Reparem, as pessoas que vivem nos hostels são as pessoas que vêm também à nossa freguesia visitar os monumentos.” E portanto, este critério, por exemplo, de visita de monumentos, era um critério que não foi utilizado pela Câmara. O critério principal era o número de hostels na freguesia. De facto, nós temos poucos, comparativamente com outros. Agora, nós temos os monumentos que são mais visitados em Portugal inteiro, os museus que são mais visitados em Portugal inteiro, e esse não é um critério de criação de lixo, e quando nós temos não sei quantos eventos desportivos que a Câmara nos impõe, e esse não é um critério para criação de lixo, nós manifestámos o nosso profundo descontentamento com isto.

Mais, é bom que a Assembleia saiba que a verba que está aqui hoje para ser aprovada é a verba que nós acabámos por aceitar, porque era melhor isto do que nada, mas a verba inicial que nos tinha sido proposta era duzentos e doze mil euros (212.000€), quando para uma Junta de Freguesia que tem um quinto da nossa área, tem um quinto da nossa população – e nós demonstrámos isso à Câmara – há verbas de um milhão e trezentos (1.300.000€), novecentos mil euros (900.000€). Ninguém põe em questão que os outros também têm pressão turística. Agora, alguém aqui duvida que o sítio mais visitado de Lisboa é Belém? Do país inteiro, mas neste caso de Lisboa. Repare, e nós passamos, também não se sabe por quê nem como, com que critérios, de duzentos e doze mil (212.000€) para trezentos e cinquenta e seis mil euros (356.000€). Também ninguém me diz qual é a lógica, parece que é porque nós reclamámos, pronto, passa de duzentos e doze

(212.000€) para trezentos e cinquenta e seis (356.000€), ninguém me explica porquê, porque a lista de critérios, curiosamente, manteve-se exatamente igual.

E portanto, só para dizer, porque, repare, é completamente diferente olhar para as prestações, que são trimestrais, quatro prestações, e nós temos oitenta e nove mil euros (89.000€) por trimestre, e Santa Maria Maior tem trezentos mil (300.000€), ou mais de trezentos mil (300.000€) por trimestre.

Portanto, nós estamos empenhados, como sempre estivemos, em dar resposta, e vamos com isto, obviamente, melhorar a questão da limpeza, como é óbvio. Agora, não acho justo dizer que a partir de hoje não pode haver um único papel na rua – nós vamos fazer um grande esforço para isso.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Passamos, então, à votação a Apreciação e ratificação do Contrato de Delegação de Competências entre a Freguesia de Belém e o Município de Lisboa relativo à Higiene Urbana. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 5, Apreciação e ratificação do Contrato Interadministrativo de Cooperação entre a Freguesia de Belém e o Município de Lisboa relativo à Higiene Urbana.

Quem vota contra? Quem se abstém? Também aprovado por unanimidade.

Passamos agora a uma outra matéria, **Ponto n.º 6,** Apreciação e ratificação do Contrato de Delegação de Competências entre a Freguesia de Belém e o Município de Lisboa relativo a vários projetos (Nova Geração de Protocolos).

O Executivo tem alguma coisa a dizer sobre isto?

João Carvalhosa (Vogal): Só dizer que esta formulação de protocolo é um bocado genérica, porque caberá agora, em negociação com a Câmara, projeto a projeto, aplicar esta verba global – aliás, se repararem, aí vêm aquelas vastas áreas que lá estão. Portanto, é um trabalho que vai ter que ser feito com a Câmara, tem na base uma proposta que nós fizemos de determinadas intervenções no espaço público, mas isso é uma questão que se pode levantar aqui, o que é que está aqui exatamente em causa, em causa estão os jardins, está em causa o desnivelamento dos passeios, estão em causa uma série de coisas. Mas agora, ponto a ponto, vai ser negociado com a Câmara. Isto é um protocolo que atribui um bolo financeiro à Junta. Mais uma vez, reparem, atribuí-nos um valor financeiro de um milhão de euros (1.000.000€), e a outras Juntas atribuíram três milhões de euros (3.000.000€), também ninguém sabe porquê.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Alguma dúvida? Fernanda Santos, do Partido Socialista.

Fernanda Santos (PS): Em relação à verba que é atribuída à Junta de Freguesia para a execução desta transferência de competências, é, de facto, alargada, desde

os programas do Parque Seguro 100%, a Escola Segura 100%, a requalificação de equipamentos e espaços públicos, a Casa Aberta, equipamentos desportivos. Portanto, eu diria que há, de facto, aqui um conjunto alargado de programas onde é possível agora a Junta de Freguesia ter competências para intervir. E para isso, ficou dotada também de um milhão e oitenta e oito mil euros (1.088.000€) – arredondado, claro – o que é uma verba significativa, certamente, para a execução destes programas.

A questão que nós gostaríamos de colocar aqui é exatamente que este é o terceiro valor mais baixo atribuído. Ou seja, efetivamente, outras Juntas de Freguesia beneficiaram de verbas muito mais elevadas – certamente não me vai dizer que é uma questão política, porque algumas das que têm uma verba mais reduzida, não se justificaria por aí, se fosse esse o argumento apresentado. E portanto, gostava de saber qual é que foi o empenho por parte da Junta de Freguesia na negociação desta verba, e se efetivamente fez uma clara e uma total identificação dos problemas da freguesia, e da defesa da freguesia, para que a população, aqui neste caso, pudesse beneficiar de uma verba mais elevada.

De todo o modo, aquilo que nós consideramos também aqui nesta Assembleia de Freguesia é que vai ser necessário termos um maior acompanhamento da execução deste programa que virá a ser definido, e nós gostaríamos muito de ter conhecimento deste plano de atividades a ser definido no âmbito deste programa, porque já temos outras experiências anteriores, nomeadamente com o Terreiro das Missas, em que as coisas não ficam muito claras, em que a atribuição das verbas também não fica muito clara. E da nossa parte, gostaríamos pelo menos de saber, nesta Assembleia de Freguesia, quais vão ser, então, as atividades a desenvolver no âmbito destes programas que estão definidos nesta delegação de competências, e como é que os mesmos vão ser executados, e como é que as verbas vão ser distribuídas. E essa vai ser uma questão que nós queremos acompanhar nos próximos tempos, com uma grande proximidade, porque consideramos que há aqui uma grande oportunidade também para a Junta de Freguesia, que se queixa dos poucos recursos que tem, ou da gestão cuidada, a gestão prudencial que efetivamente fazem, e portanto, agora com este reforço de verba, eu penso que é uma boa oportunidade, até porque muitas das questões que aqui foram levantadas, em que a Junta, dentro das suas competências, e às vezes também um pouquinho mais, possa, de facto, desenvolver.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Algum esclarecimento por parte do Executivo?

João Carvalhosa (Vogal): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só esclarecer esta questão de por que é que as Juntas têm vários valores, eu não sei responder, de facto, porque repare, muito resumidamente: foi-nos pedido, há coisa de um ano, há mais de um ano, uma listagem de intervenções que nós acharíamos que faziam falta na Junta. Obviamente, identificámos uma série delas. Mas, isto, repare, pedido assim: “Digam lá o que é que acham que se deve fazer”, pronto, mas sem baliza nenhuma. Ou seja, quando nós dissemos que isto assim era um bocado vago, eu posso meter aqui trezentas coisas que quero fazer na

freguesia. Não há, isto é aberto, é aberto, não há limite, nem para baixo, nem para cima. Bem, nós apresentámos projetos no valor para aí de um milhão e quatrocentos mil euros (1.400.000€), mas repare, isto com base numa experiência que vinha do mandato anterior, em que um protocolo idêntico a este teve quatrocentos mil euros (400.000€). Portanto, nós apresentámos mais de três vezes o protocolo anterior, o que nos pareceu razoável, mas completamente no escuro, porque ninguém da Câmara nos sabia explicar até onde é que podíamos ir. Portanto, foi isso que nós apresentámos, nós identificámos, porque também nos disseram para sermos razoáveis; afinal, se calhar, poderíamos ter sido um pouco menos “razoáveis”, entre aspas.

Mas, de qualquer forma, devo dizer que nós incluímos aqui a substituição de parques infantis, incluímos aqui a ampliação do parque infantil da Vasco da Gama, incluímos aqui alguns jardins, incluímos aqui inclusive acabar o protocolo que se tinha esgotado, da Rodrigo Reinel com a Capitão-Mor Pedro Teixeira, aquele jardim à volta do parque de estacionamento, ficou por executar o protocolo porque se esgotou a verba.

Portanto, volto a dizer, e por isso é que eu digo, quando há Juntas que têm três milhões (3.000.000€), nós andámos atrás da Câmara a perguntar: “Como é que é? Quando é que nos dizem o que é que foi aceite e o que não foi aceite?”, e o resultado é, e isto acontece, e aconteceu, é do género, enviar isto numa quarta-feira, e “vejam lá isto, porque isto na sexta-feira vai a Reunião de Câmara. E portanto, vejam lá se para vocês está tudo bem.” É assim que funcionam as coisas, é difícil.

E quando diz que não há critérios políticas, foi a Fernanda que disse.

Pedro Rodrigues (PS): Só uma pequena questão e dúvida que eu gostaria de colocar, é se nessa listagem estava incluído, uma vez que estão incluídas nestas áreas as componentes desportivas, se está incluído o pavilhão, ou parte do valor para o pavilhão desportivo da Escola Secundária do Restelo.

João Carvalhosa (Vogal): Não está incluído, por uma razão muito simples, que já referi há bocado: houve uma reunião, onde esteve presente a Associação de Pais e a Junta – por acaso fui eu que estive presente, a Helena não podia ir a essa reunião, e fui eu – onde a Câmara se disponibilizou para construir o pavilhão. E a conversa foi exatamente esta, e eu vi depois o ofício, e a conversa com a DGEstE: “Digam quanto é que querem dar para fazer o pavilhão, que a Câmara põe o resto.” E portanto, aqui o mérito à Câmara. A DGEstE, pelos vistos, não disse até hoje, a Câmara também não avançou mais. Posteriormente houve uma outra reunião, onde estive eu e o Sr. Presidente da Junta, com o Sr. Presidente da Câmara, o Vereador Manuel Salgado e o Vereador Duarte Cordeiro, onde esta questão voltou a ser levantada, e houve um compromisso da parte da Câmara de fazê-lo – foi um compromisso, não foi “nós vamos fazer”, foi “nós vamos tentar fazer, é um dos objetivos, vamos tentar, o dinheiro não chega para tudo, mas vamos tentar fazer.”

Nós também temos que ser realistas com as coisas, a Junta de Freguesia não tem estrutura para fazer determinado tipo de obras, e portanto, nós não vamos propor

fazermos coisas para as quais não temos depois mãos para as fazer. Isto parece-me mais ou menos óbvio, e o Pedro, que é arquiteto, sabe perfeitamente os recursos que nós temos, e sabe os recursos que são precisos para fazer uma obra com alguma dimensão. Está bem, tendo lá dinheiro, tudo se contrata, tudo se faz, mas aqui há esse compromisso da Câmara de o fazer, e portanto, não fazia sentido nós estarmos a gastar, entre outras coisas, os nossos recursos com isso.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Fernanda Santos (PS): É só mesmo uma nota final, eu queria dizer o seguinte: é que temos tido sempre uma grande gestão prudencial na despesa, e agora temos na receita também. Ou seja, outras Juntas conseguiram organizar-se no tempo que era disponível, certamente em igualdade de circunstâncias, para captar uma verba mais interessante para a sua Junta, e de facto, aqui não se foi capaz de fazer. Prudência a mais.

João Carvalhosa (Vogal): Se chama prudência a mais pôr três vezes mais aquilo que foi o último ano do protocolo... Vamos lá ver uma coisa, nós podíamos propor trinta milhões de euros (30.000.000€) à Câmara. Agora, o que eu volto a dizer é que a Câmara deu zero de balizas, de orientações, de dizer a verba disponível, porque, por exemplo, na higiene urbana, nos protocolos da higiene urbana, nós sabíamos qual é que era o valor global que estava para todas as Juntas. E portanto, nós sabíamos que não era racional, por exemplo, nós dizermos, porque o valor global nestes protocolos para todas as Juntas eram dez milhões de euros (10.000.000€), não era racional nós dizermos que queríamos cinco (5.000.000€), por muito que achássemos, lá está, para não termos um único papelinho no chão, que cinco (5.000.000€) seria impecável, mas tínhamos este referencial. Agora, nestes protocolos, que são muito mais gerais, nós perguntámos várias vezes, insistimos, “digam-nos até onde é que podemos ir, como é que é”, e de facto, não houve. Ouça, nós todos sabemos como é que isto se faz, e portanto, eu diria que quem faz isto assim, dá muito jeito fazer como foi feito.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Vou pôr, então, à votação a Apreciação e ratificação do Contrato de Delegação de Competências relativo a vários projetos (Nova Geração de Protocolos). Quem vota contra? Quem se abstém? Também aprovado por unanimidade.

E por último, **Ponto n.º 7**, Apreciação e ratificação de alteração ao protocolo com o Agrupamento de Escolas do Restelo para utilização da piscina.

Óscar Rodrigues.

Óscar Rodrigues (PS): Boa noite a todos.

Só um comentário, para demonstrar aqui alguma desilusão relativamente a este protocolo, principalmente numa noite fantástica, uma das melhores Assembleias de

Freguesia que nós tivemos aqui, mais uma vez dar os parabéns a todos, que acho que todos nos comportámos à altura, e deveriam ser todas assim. Esperemos que para o futuro sejam todas assim, participadas e com consonância nas decisões.

Relativamente a este último ponto, que penso ser rápido, cria-me aqui alguma desilusão, porque foram aqui referidas ao longo da noite as dificuldades, principalmente dos nossos Agrupamentos Escolares e das escolas, que estão refletidas no relatório, e que foram aqui apresentadas pelo público, e que nós também conhecemos, e também foi aqui referido várias vezes pelo Executivo, que o Executivo, em muitas destas situações, não tem capacidade, não tem autoridade, e não faz parte das suas responsabilidades poder aceder a muitos desses pedidos. Ora, aqui neste protocolo está aqui uma das possibilidades, que só depende do Executivo da Junta, em poder permitir o acesso das piscinas – que foi uma das necessidades identificadas, a falta de equipamentos desportivos para as aulas de educação física na Escola Secundária do Restelo, e a Junta apresenta uma proposta que, no nosso entender é diminutiva, é apenas um desconto de cinquenta por cento (50%). Estamos a falar de dez mil euros (10.000€) por ano. Acabámos de aprovar aqui mais de um milhão e meio (1.500.000€) de receita vinda da Câmara; dez mil euros (10.000€) por ano faz muita diferença?

Presidente da Mesa: Muito obrigado, a questão está colocada. Dou a palavra ao Dr. João Carvalhosa, para responder.

João Carvalhosa (Vogal): Caro membro da Assembleia, essa é uma questão um bocado demagógica. Aliás, desculpe lá, se leram o que é que está escrito nos protocolos que vieram agora, e dizer que este dinheiro pode ser gasto noutra coisa, vocês leem que nós temos que apresentar relatórios, em alguns casos mensais, à Câmara sobre a aplicação das verbas. O que está no desporto são infraestruturas, não é pagar aulas a ninguém, primeira questão. Portanto, é um bocado demagógico dizer que está aqui este bolo, e que agora o podemos usar para ali, quando vocês sabem que não pode ser usado.

Depois, devo dizer que isto foi um processo longo também, e partiu aqui um bocado desta intransigência também do Agrupamento. No ano passado, o assunto até foi levantado aqui também na freguesia, na Assembleia, em várias reuniões, foi levantado em várias reuniões com os pais e na escola, esta questão da utilização da piscina. Reparem, quando nós dissemos que sim à piscina, já há mais de um ano e meio, talvez, já foi no outro mandato, nós damos uma pista, e vocês pagam a outra. “Não, não queremos. Ou temos tudo, ou não queremos nada.” A questão é muito simples também. Vamos lá ver uma coisa, a questão é muito simples: a piscina é um equipamento – mais uma vez, isto é tudo muito bonito, nós podemos ser muito demagógicos com tudo – a piscina é um equipamento que foi passado para a Junta em péssimas condições, onde a Junta gastou cerca de trezentos mil euros (300.000€) em recuperação da piscina, do qual a Câmara só nos pagou cem mil (100.000€). A piscina veio cheio de deficiências para a Junta, para a gestão da Junta. E acha que a receita paga isto? É porque, lá está, a piscina, ou está mesmo ali no limite, ou na maior parte dos anos – aliás, ainda este ano deu prejuízo. Fernanda, basta pensar, pense assim: as receitas da piscina são quatrocentos e tal mil euros por ano; mais de trezentos mil (300.000€) foi o que nós tivemos que gastar

durante três anos, só a recuperar o mal que foi passado da Câmara. Mas, quando nós dissemos à Câmara: “Nós temos estes problemas com a piscina”, lá está, dos trezentos e muitos mil euros que nós gastámos do Orçamento da Junta, só nos pagaram cem mil (100.000€), que foi para a cobertura. E por quê? Porque tinha uma palmeira já a nascer na cobertura.

Portanto, a Junta esteve sempre disponível, e já agora, na área da educação, por exemplo, a Junta leva há anos gratuitamente os alunos do Clube de Natação da Paula Vicente a ter aulas na piscina, gratuitamente. Devia ser a todos, nessa lógica.

Presidente da Mesa: Faça favor, pedia só que seja breve.

Helena Lencastre (Vogal): Todas as escolas têm cinquenta por cento (50%) de desconto, todas as escolas, e esta escola está a ter cinquenta por cento (50%). A reunião que tivemos com a DGEstE, a primeira reunião que eu tive com a DGEstE, com a Câmara, com o Agrupamento e com a Associação de Pais do Restelo, a primeira coisa que o Diretor Regional disse é que basta a escola pedir dinheiro à DGEstE para ter dinheiro para pagar. Isto foi a primeira coisa, e sendo que isto foi em abril, há um ano atrás. Antes disso, eu tive sempre o Agrupamento a dizer que não tem dinheiro, que não tem dinheiro, que não pode sustentar, e a DGEstE disse, à frente da Associação de Pais e em frente da Câmara, basta ter pedido para ter dinheiro.

Portanto, eu não quero estar a levantar aqui coisas sobre o Agrupamento, o que diz, o que não diz; foi uma reunião que tivemos, a Associação de Pais (que já não está cá), os seus representantes ouviram. A questão do dinheiro, eu tenho que fazer a gestão de dinheiro público, eu faço com o que posso, com o que tenho, e respeito tudo o que tenho. Eu não vou buscar onde não tenho. Há uma informação que eu dei a todas as Associações de Pais, em que naquilo que é da minha competência, eu gasto o dinheiro certo, contas certas. Eu não posso gastar a mais do que tenho nas AEC's, não posso gastar mais do que tenho na ação educativa, eu não posso gastar a mais do que tenho. Há um investimento nas CAF's, que é um projeto que nós fazemos nas férias, há um investimento de dinheiro da Junta, mas é uma aposta da Junta, como temos os clubes. O que eu gastar a mais é nosso, mas não com o dinheiro da delegação de competências que vem da Câmara. Eu não posso gastar a mais. Pelo que não vem dinheiro, eu não vou fazer, não é da minha competência. Eu já esclareci, desde o Conselho Geral às Associações de Pais, e os Grupos Parlamentares, que a questão do dinheiro, eu não vou buscar a outro lado para fazer aquilo que não é da minha competência.

Neste caso, a mesma coisa: não vem dinheiro para a piscina, não é na piscina que eu vou gastar este dinheiro. Portanto, eu não posso fazer mais a uns do que faço aos outros. Eu gostava imenso que a escola, porque foi retirado de lá o terreno para a piscina, tivesse gratuitamente, mas não tem, não pode ser, não é viável. Mas, é só para explicar que o dinheiro não aparece assim, tem que se justificar.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Vamos passar, então, à votação do Ponto n.º 7, Apreciação e ratificação da alteração ao protocolo com o Agrupamento de Escolas do Restelo para utilização da piscina. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, com uma (1) abstenção, do Partido Socialista, de Óscar Rodrigues.

E chegamos assim ao fim dos nossos trabalhos. A ata em minuta, eu acho que, se calhar, se pode dispensar a leitura da ata em minuta, uma vez que todos os pontos foram aprovados por unanimidade, à exceção deste último. Então, todos os pontos a discussão e votação foram aprovados por unanimidade dos presentes, que é a totalidade dos membros do Partido Social Democrata, do Partido Socialista e do CDS-PP, que eram os presentes na altura da votação dos diferentes pontos, foram todos aprovados por unanimidade, com exceção do Ponto n.º 7, que foi aprovado com uma abstenção do vogal Óscar Machado Rodrigues. E portanto, isto basicamente resume a nossa ordem de trabalhos.

Alguém vota contra? Alguém se abstém? Aprovada também ela por unanimidade.

Muito obrigado a todos, designadamente ao público que nos acompanhou. Seja qual for o tema, obviamente que são sempre bem-vindos para participação na Assembleia.

Muito obrigado a todos. Brevemente haverá uma próxima Assembleia.